

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO FINAL
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL

Profa.Dra. MAGALI DOS REIS
Supervisora do Estágio: Profa.Dra. Elisa Angotti Kossovitch

FEVEREIRO/2013

Profa. Dra. MAGALI DOS REIS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

***“A Criança-Sonho em Sua Jornada”*: Intersecções entre Infância e Sociologia, implicações para o campo educacional**

Relatório final apresentado como exigência para a conclusão do estágio pós-doutoral, junto ao Departamento de Ciências Sociais na Educação. Faculdade de Educação. Unicamp

Supervisora do Estágio: Profa.Dra.Elisa Angotti Kossovitch

Fevereiro/2013

Relatório final de Estágio Pós-Doutoral

*"A Criança-Sonho em Sua Jornada"*¹: Intersecções entre Infância e Sociologia, implicações para o campo educacional.

(...) *Depois por súbito silêncio tomadas,
Vão em fantasia perseguindo
A criança-sonho em sua jornada
Por uma terra nova e encantada,
A tagarelar com bichos pela estrada.
- Ouvem crédulas, extasiadas.
E sempre que a história esgotava
Os poços da fantasia,
E debilmente eu ousava insinuar,
Na busca do encanto quebrar:
"O resto para depois..." "Mas já é depois!"
Ouvia as três vozes alegres gritar.
(Lewis Carroll, Alice no país das Maravilhas)*

RESUMO:

A pesquisa analisa a infância como categoria sociológica, expressa em diferentes momentos do pensamento social sobre a criança ao longo do século XX. O objetivo deste estudo foi realizar um percurso reflexivo sobre o tema Infância partindo do modo como a sociologia tem tratado esta categoria social. Analisando de forma detida a questão das transições para a vida adulta, foi possível refletir sobre outro importante debate teórico, subjacente às ciências sociais, e seu respectivo quadro teórico-conceitual isto é, o conceito de geração percebido como um processo social vivido e experimentado pelos sujeitos e os processos de individuação das crianças nas sociedades contemporâneas.

Palavras-Chave: Infância, Criança, Educação, Sociologia.

¹ Cf. Carroll, Lewis. Alice no País das Maravilhas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p.7

Infância e Pensamento Social

Ao longo da trajetória da Sociologia tem-se registado um interesse constante sobre as crianças e a condição de infância em diferentes sociedades. Este interesse que tem sido particularmente sensível às sucessivas representações, normativas e ideológicas, associadas a categoria analítica, em destaque nesta pesquisa. O objetivo deste estudo foi realizar um percurso reflexivo sobre o tema Infância partindo do modo como a sociologia tem tratado esta categoria social. Analisando de forma detida a questão das transições para a vida adulta, foi possível refletir sobre outro importante debate teórico, subjacente às ciências sociais, e seu respectivo quadro teórico-conceitual isto é, o conceito de geração percebido como um processo social vivido e experimentado pelos sujeitos e os processos de individuação das crianças nas sociedades contemporâneas.

Desde Augusto Comte (1987) e Durkheim (2005, 1995, 1975) o conceito de geração tem sido um tema relevante nas ciências humanas e sociais. Como referente para a construção social do tempo, tem sido uma das categorias mais influentes não só no âmbito teórico, mas também no impacto público das pesquisas sobre infância. Ainda que conceito de geração esteja enraizado no contexto europeu no período entre guerras, tem sido destacado nos debates ideológicos e políticos no Brasil a partir da década de 1990. Procuramos neste estudo colocar em relevo o conceito de geração a partir de uma perspectiva histórica, evidenciando sua importância para as discussões contemporâneas sobre infância.

O ponto de partida das análises diz respeito a percepção de que a individualidade e a sociedade são construções históricas. Portanto, compreendemos que é necessário analisar suas interconexões e, simultaneamente, suas mudanças ao longo do tempo, considerado que a relação entre individual e social necessitam ser analisada a partir de um modelo de referência histórico-social.

A relação entre estas duas dimensões emerge em referência ao tempo social. Deste modo, a geração, no sentido sociológico, é o período de tempo durante o qual a individuação é constituída a partir de recursos e significados que estão socialmente e historicamente disponíveis. Assim, novas gerações criam novas identidades e novas possibilidades para a ação.

A partir desta análise podemos indagar que do ponto de vista sociológico, as gerações não surgem da cadência temporal estabelecida por uma sucessão de gerações biológica, ou dito de outro modo não há padronização do tempo para medir ou prognosticar seu ritmo. Do ponto de vista sociológico, uma geração pode ter dez anos, ou como aconteceu nas sociedades pré-modernas, vários séculos. (FEIXA, 2011) Pode incluir uma pluralidade de gerações biográficas ou, como na história de muitas sociedades tradicionais, apresentar apenas uma geração sociológica. (BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, 2007) Elas cessam quando novos e grandes eventos históricos - ou, mais frequentemente, quando lentos e não catastróficos processos econômicos, políticos e de natureza cultural - tornam o sistema anterior e as experiências sociais a ela relacionadas sem significado. (idem, lb.)

Para Karl Mannheim (1962, 1952) o início de uma geração é marcado por descontinuidades importantes até então dominantes em determinada época histórica e institucional. De tal modo que o tempo histórico-social e suas diferentes temporalidades são percebidos como centrais para a definição das novas gerações e identidades sociais, isto é, trata-se do processo de mudança que produz o anterior e o posterior.

A geração é, portanto, o espaço temporal em que diferentes temporalidades, o próprio do curso da vida, e o da experiência histórica, são sincronizadas. O tempo biográfico e o tempo histórico fundem-se e transformam-se criando desse modo uma geração social. (MANNHEIM, 1952)

A perspectiva sociológica para análise do conceito de geração, portanto, é fundamental para estudo, uma vez que tem se generalizado no meio acadêmico certa consciência sociológica que toma a infância —categoria

social, campo da intervenção político-administrativa, do discurso social — como objeto privilegiado de análise. Constitui assim a ideia de que a infância é um objeto de estudos das ciências sociais, e ainda que seja pré—construído, pela teoria “clássica” sociológica, pela biologia, pela medicina, pelo direito e pela psicologia, necessita ser *demolido* para eventualmente se *reconstruído* pelos autônimos novos estudos sociais sobre a criança. Este movimento indica que a teoria sociológica se vê cada vez mais confrontada com a necessidade de estabelecer rupturas com as representações correntes de pensamento que historicamente vem constituindo a infância, isto é, de estabelecer rupturas com um suposto *sensus communis* (doxa) a que deve ser superado, tentando, em contrapartida, desenvolver, em relação à realidade socialmente construída que é a infância, outro senso (doxa) mais aprimorado, tendendo-se, no entanto, a tornar-se *paradoxa*, conforme afirma Kuhn². Do mesmo modo que as teorias operam de modo paradoxal os conceitos por ela empregados são igualmente, paradoxais, ainda que se multipliquem para cobrirem aparentes unidades da realidade, como ocorre, desde os anos 1990, como veremos, com o conceito de infância.

O título escolhido para este estudo coaduna com as perspectivas investigativas recentes no campo das ciências sociais, uma vez que este é um campo fértil, porém já consolidado no meio acadêmico, assim a ideia de trabalhar com a “*Criança-Sonho em Sua Jornada*”³ adquire o duplo caráter do avanço do conhecimento na área e de certa peculiaridade imaginativa sobre a infância, caracterizada pela ambivalente relação entre a adultização da criança – a Alice que cresce e a infantilização da criança – a Alice que diminui de importância social ao sabor do olhar adultocêntrico.

Interessou-nos neste estudo investigar os propósitos que sustentam a necessidade de dar notabilidade à chamada Sociologia da Infância como uma sociologia específica. Este movimento se dá a partir dos anos 80, do século

² KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed., enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press 1970.

³ Cf. Lewis Carroll: (...) *Depois por súbito silêncio tomadas, / Não em fantasia perseguindo / A criança-sonho em sua jornada / Por uma terra nova e encantada, / tagarelar com bichos pela estrada*. (...). In: *Alice no País das Maravilhas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. (p.7)

XX, quando os estudos sobre as crianças ocidentais passam por significativas mudanças no campo conceitual. Muitos deles, no entanto, já indicavam que a infância, e sua educação integram idéias oriundas de concepções teóricas e matizes ideológicos diversos, sendo, contudo, reconhecida como de inegável relevância para a construção de uma perspectiva de sociedade. Tal idéia é relativamente simples de compreender quando pensamos infância como concepção social que se constitui tanto no pensamento pedagógico quanto nas diversas esferas da sociedade ocidental (REIS, 2007, 2009).

Os diferentes matizes que compõem visões de infância procuram materializar percepções e ações diferenciadas e por vezes antagônicas, porém dando significados distintos à nossa compreensão sobre estas categorias sociais e ao modo de nos relacionarmos com as crianças.

No Brasil, as discussões relativas ao tema infância, adquirem um caráter público abrangente em meados da década de 1980, quando acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, movimentos sociais e poder público incorporam a temática em suas agendas, e a produção científica específica se amplia. Sua importância para o debate educacional se explicita formalmente na obrigatoriedade constitucional de atenção integral às crianças e na produção de instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram à temática um caráter central, indispensável e indissociável da política educacional brasileira (Reis, 2007)

No entanto, a compreensão do que está em pauta nesta pesquisa vai além das discussões acerca da relação infância e políticas públicas. Ela diz respeito às possíveis relações entre tais categorias e o pensamento sociológico o que implica, em primeira mão, uma recolocação mais ampla, mas também mais precisa da questão da infância no âmbito dos chamados *“novos estudos sociais sobre a infância”*.

Sendo a escola uma importante instituição no processo de socialização e inserção das crianças no universo da cultura, principalmente dos sujeitos pertencentes aos setores mais pobres da população, deve ser revista na sua estrutura, organização, crenças e valores, de modo a tornar-se um lugar

privilegiado da infância e da criança e de sua participação enquanto sujeitos sociais de direitos plenos. Sem dúvida, a mudança da escola passa por rever também o projeto de sociedade no qual estamos inseridos, visto que a escola reflete as relações de poder – hierárquicas e burocráticas – que ali se estabelecem. É neste sentido que as dificuldades e possibilidades de a escola vir a se tornar um espaço privilegiado da infância, precisam ser identificadas, de modo que todas as crianças possam gozar seus direitos, entre eles, o de serem ouvidas, de participarem ativamente da sociedade e de serem consideradas nos processos decisórios que afetam suas vidas. Dito de outro modo, mudanças ocorridas nas políticas públicas, por exemplo, impactam na vida das crianças, alterações na política de aposentadoria, ou nos programas saúde pública afetam diretamente as crianças sem que elas sejam consideradas. Colocar a crianças no centro das preocupações políticas e sociais exige por parte das instituições um comprometimento político pedagógico com a educação das crianças, compromisso este pautado no respeito à criança e aos direitos a elas conferidos.

As infâncias, não são fenômenos naturais, mas construções sociais. São portanto “produtos políticos”, que não têm porta-vozes para defendê-las (CHARLOT, 2009a). Deste modo, sem porta-vozes evidentes de seu status coletivo, são os especialistas da sociedade que dissertam e legislam a propósito das crianças, as controlam e perscrutam: assistentes sociais, psicólogos escolares, educadores para tutelados, juízes, tribunais, professores, sociólogos, antropólogos, políticos, psiquiatras.

Estudos sociológicos como os de Fernandes (1997), Fernandes (2004), Charlot (2009a, 2010), Kramer (2006), Martins (1993), Fazzi (2007), Qvotrup, (1995) Quinteiro (2005), Gruschka (1997, 2004) entre outros⁴, ajudam na compreensão do significado ideológico e do valor social atribuído à infância. Os autores, embora associados a diferentes matizes teóricos, reconhecem que a distribuição desigual de poder entre adultos e os mais jovens, especialmente

⁴ A relação de estudiosos e pesquisadores no campo de intersecção entre a infância e a Sociologia é bastante extensa. Um levantamento preliminar da produção da área pode ser observado nas referências bibliográficas desta proposta e nos auxiliam a ter um panorama do crescimento da produção intelectual da área.

as crianças, tem razões sociais e ideológicas, com conseqüências no controle e na dominação de grupos. Tais idéias favorecem compreender a infância, de maneira histórico-sociológica, ideológica e cultural, em outros termos, a dependência da criança em relação aos adultos é fato social e não natural.

Os Caminhos da Pesquisa

O interesse pelo tema com vistas a um engajamento do pensamento sociológico sobre a relação: infância, educação e sociologia, em suas várias dimensões, requer um maior conhecimento sobre a produção e sobre a infância, especialmente no âmbito da pesquisa sociológica.

Há que se considerar que existe hoje, uma demanda social de que a escola básica constitua-se efetivamente como espaço de aprendizagem e vivência de direitos, o que requer que a temática dos direitos das crianças ganhe centralidade no debate acadêmico. Visando a construção de estratégias para a inserção deste tema no âmbito da formação docente, assim como o fomento de novas pesquisas a partir de diferentes campos de inserção das ciências sociais, torna-se fundamental uma permanente interlocução sistemática entre educação e sociologia, esta interlocução pauta-se por uma postura de análise da construção sociológica de uma nova mentalidade sobre as crianças e suas infâncias.

Ao mesmo tempo, não se pode negligenciar os diálogos já estabelecidos com instituições e órgãos ligados à rede social de proteção da infância, diálogos estes que se constituem em fonte alimentadora para a produção acadêmica, enquanto campo de novas pesquisas a serem desenvolvidas.

Deste modo, esta pesquisa consistiu em desenvolver estudos do tipo bibliográfico, procedendo a um mapeamento das pesquisas e produção acadêmica, sobre a tríade infância, sociologia e educação. Este mapeamento envolveu as bases de dados já disponíveis (Biblioteca e vias eletrônicas) e privilegiou as pesquisas que tem como aporte a teoria sociológica e que, portanto, se baseiem em categorias analíticas das ciências sociais.

Procedimentos da Pesquisa

Esta pesquisa analisou as intersecções entre infância- sociologia e suas implicações para o campo educacional, por meio de um estudo bibliográfico, o qual procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses (ANDRÉ, 2008).

A pesquisa bibliográfica é entendida como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico, capaz de gerar hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. A metodologia utilizada será qualitativa, a qual preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos do comportamento humano, fornecendo análise detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (BOGDAN E BLIKEN, 1994).

A pesquisa bibliográfica se diferencia a pesquisa denominada “estado da arte”, pois esta última modalidade tem a pretensão de fazer uma revisão de certas perspectivas, análises e estudos, de modo a visualizar o “estado de conhecimento” em determinada área com vistas a uma crítica dos estudos e pesquisas sobre os temas mais diversos.

Segundo Ferreira (2002), as pesquisas do tipo estado da arte tem encontrado limites quanto ao tipo de fontes que utiliza e os encaminhamentos que tem sido dados a partir de certos enunciados de pesquisa, que de fato não se materializam na produção escrita.

Deste modo, antes de ser uma pesquisa do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, a proposta de pesquisa bibliográfica que diz respeito a este estudo está interessada em colocar em destaque as intersecções entre infância e sociologia, a partir dos estudos acadêmicos no campo do conhecimento sociológico e em diferentes categorias de fontes bibliográficas, como veremos a seguir.

Segundo Bogdan e Blikem (1994) a pesquisa bibliográfica procura trabalhar com diferentes fontes de pesquisa de caráter teórico, divididas em três categorias distintas, mas complementares. A primeira categoria da pesquisa diz respeito às fontes primárias, isto é, aquelas em que o pensamento sociológico

sobre a infância são apresentadas pelos autores de forma original e publicados por eles pela primeira vez. As fontes primárias também podem ser os documentos oficiais, isto é, aqueles expedidos pelas instâncias que representam o poder legislativo, jurídico e executivo, e as fontes não-oficiais, como registros informais, fotografias, cartas, bilhetes manuscritos, entre outros. São consideradas também fontes primárias as teses, ou livros, os artigos científicos ou artigos publicados em anais de congresso.

As fontes primárias são assim denominadas por constituírem-se como originais e contemporâneas aos fenômenos estudados, ou seja, são aquelas em que o objeto de estudos é construído pela primeira vez.

A segunda categoria corresponde às fontes secundárias, ou seja, aquelas que citam, revisam e interpretam trabalhos originais, ou seja, são aquelas análises realizadas a partir das fontes primárias. São consideradas fontes secundárias artigos de revisão da literatura, ou trabalhos não originais que citam e revisam trabalhos originais.

E por fim a categoria de fontes terciárias como aquelas constantes nas bases de dados bibliográficos, enciclopédias e dicionários de língua portuguesa. Nesta categoria são considerados, portanto, os índices categorizados de pesquisas primárias e secundárias (BOGDAN e BLIKEN, 1994).

Etapas da Pesquisa

A primeira etapa consistiu no levantamento das fontes de pesquisa as quais foram categorizadas de acordo com o tipo de fonte que representam: primária, secundária, terciária. Este levantamento inicial realizado através de consulta essencialmente a acervos digitais constantes das seguintes bases de dados:

Academic Search Premier (ASP) - Base multidisciplinar com referências e resumos de artigos publicados em mais de 8.000 títulos indexados e acesso a texto completo de mais de 4 mil periódicos. A coleção inclui as edições retrospectivas (backfiles) em formato PDF de mais de cem periódicos publicados a partir de 1975.

JSTOR - é uma biblioteca digital de mais de 1.500 revistas acadêmicas, livros e fontes primárias. JSTOR auxilia a investigação científica ao disponibilizar uma ampla gama de conteúdo através de uma acessível plataforma de pesquisa, além de preservar este conteúdo para análises posteriores. Ao longo da pesquisa foi a plataforma que ofereceu melhores resultados para a pesquisa, uma vez que comporta artigos científicos publicados desde o século XIX.

Sage - Sage Publications é uma das mais importantes editoras científicas do Mundo. Possui mais de 400 títulos em Negócios, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Tecnologia e Medicina. A maior parte dos títulos Peer-Reviewed, o que significa que são títulos de grande importância científica.

Science Direct - Estão disponíveis mais de 2.600 publicações periódicas e livros da Elsevier e de outras editoras científicas, cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Letras e Artes. O período disponível online varia a partir de 1993.

Scopus - Base de dados de resumos e de citações da literatura científica e de fontes de informação de nível acadêmico na Internet. Indexa mais de 23 mil periódicos, cerca de 265 milhões páginas da Internet, 18 milhões de patentes, além de outros documentos. Atua também como um metabuscador, ou seja, realiza pesquisa em outras bases assinadas pela UCS.

Springer - Toda a coleção desta importante Editora. Corresponde a mais de 1800 periódicos com texto completo, em todas as áreas: biologia, medicina, engenharias, meio-ambiente, humanidades.

Wiley Online Library - Está disponível coleção cobrindo as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

ERIC – Base de dados que oferece acesso ilimitado a mais de 1,4 milhões de registros bibliográficos de artigos de periódicos e outros materiais relacionados com a educação.

SCIELO - é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Com o avanço das atividades do projeto, novos títulos de periódicos estão sendo incorporados à coleção da biblioteca.

Na segunda etapa foi realizada uma primeira leitura de caráter exploratório, com a intenção inicial de reconhecimento. Após a leitura exploratória realizamos a leitura seletiva do material coletado, que passou por uma avaliação inicial, portanto não definitiva, considerando os objetivos desta pesquisa. Esta etapa foi importante, pois selecionou o material realmente importante para a pesquisa, ou aqueles que foram imprescindíveis para discutir o tema em estudo.

Para a busca de artigos foram utilizados os seguintes descritores: *Sociology, Childhood, Child, Children, Sociological, Enfance, Enfant, Sociologie de l'Enfance, Infancia, niño, Sociología de la infancia*, entre outros. Nas bases de dados foram encontrados um total de 13.238 materiais indexados através dos descritores mencionados, dentre artigos, resenhas, *phanflets*, há também anúncios de eventos relacionados com o tema da pesquisa. Numa primeira etapa da pesquisa as bases consultadas estão relacionadas às áreas de biológicas e ciências da Saúde, incluindo medicina, psicologia, enfermagem, com maior número de artigos, somando 51,12% das publicações, seguida da área de ciências humanas com 48,88% das publicações, abrangendo diferentes

campos de conhecimento como a Geografia e Demografia, Direito, Antropologia, Economia, História, dentre os quais foram encontrados 6.323 artigos. Tais dados reafirmam que o campo de estudos relativos à Infância e às Crianças é um campo interdisciplinar, o que reafirma a possibilidade de diálogo entre as ciências.

Para delimitação da pesquisa 1.254 foram selecionados, apenas no campo das ciências humanas – na área específica de sociologia, com o descritor *Sociology of Childhood*, e dentre estes foram excluídos aqueles referentes à violência contra a criança, crianças em situação de vulnerabilidade, pobreza e desigualdade, abandono, trabalho infantil, entre outros.

A língua predominante nos artigos é o Inglês, seguida da Francesa e do Alemão. Os países que mais contribuem com a pesquisa no campo da chamada “Sociologia da Infância” inicialmente são os Estados Unidos, onde a expressão é cunhada por Francis James Brown por meio de publicação datada de 1929, hegemonia que permanece até o final da década de 1950. A partir dos anos 1960 crescem as pesquisas europeias especialmente na França e Inglaterra, mas também na Escandinávia, na Alemanha, Austrália. Observamos menor número de publicações sobre o tema, nas bases consultadas, no Canadá, na China, no Japão, Índia, Leste europeu e número não contabilizável na América Central, do Sul, e na África, entre outros. O que não indica que não haja um número significativo de estudos em países descentralizados, mas que nestas bases consultadas suas contribuições são mínimas.

Na terceira etapa, foi realizada uma leitura analítica do material previamente selecionado. Nesta etapa houve a definição do material a utilizado no desenvolvimento da pesquisa. Portanto, foi a fase decisiva para a seleção do material bibliográfico. Nesta fase foram selecionados 171 artigos, que irão compor os resultados deste trabalho e que dizem respeito à interação entre as crianças, socialização, educação, condição de infância na sociedade e cultura.

Como procedimento de pesquisa foi utilizada a ficha bibliográfica, isto é, um fichamento, para cada material levantado e tratado na pesquisa. A ficha auxiliou no desenvolvimento da pesquisa e constituiu numa importante fonte

para elaboração do relatório final da pesquisa e ofereceu subsídios para elaboração do artigo, resultante dos estudos pós-doutorais.

A ficha foi organizada a partir de aspectos considerados relevantes para o objeto que se pretende pesquisar neste estudo: a) como as concepções de infância são compreendidas nas obras fichadas; b) o referencial teórico adotado pelo estudo que pode remeter a novas leituras; c) a descrição da metodologia utilizada no estudo e a categorização de suas fontes, entre outros. A ficha, tal qual foi elaborada, procurou também destacar a localização da obra, possibilitando, desta maneira, sua rápida recuperação quando necessário, além de título, problema e resumo da obra fichada.

Num levantamento preliminar da pesquisa foi possível analisar que a infância é uma abstração que se refere à determinada etapa da vida e o que se pretendeu foi procurar algum entendimento em nível teórico do que é ser criança, em vez de meras descrições de crianças individuais (Qvortrup, 2009). Todas as sociedades, em todas as épocas, tiveram idéias de infância, ou seja, a noção de que as crianças podem ser diferenciadas dos adultos de várias formas. (Bujes, 2008) Considera-se que o aspecto em que se diferem é o lugar social que cada criança ocupa, e a depender dele, tais concepções apresentam idéias contrastantes relacionadas à duração da infância e às qualidades que as diferenciam dos adultos.

Sociologia da Infância um Campo Teórico Emergente?

A infância enquanto idade da vida começa por ser uma *categoria socialmente manipulada e manipulável* como refere Bourdieu (1980), o fato de se falar das crianças enquanto, uma suposta unidade social, isto é, um grupo dotado de interesses comuns e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, em si mesma, uma evidente manipulação. Deste modo, o que entendemos hoje por representações da infância decorre de categorias arbitrárias nas quais as crianças são tomadas como fazendo parte da estrutura social, como insistem os neoestruturalistas como Jens Qvortrup (2010). Não obstante, a questão que se coloca à sociologia, é a de perceber não apenas as

similaridades da infância, em termos de expectativas sociais que recaem sobre as crianças, as aspirações dos adultos em relação ao que elas devam ser, as políticas de consumo para a infância, as políticas culturais (ou ausência delas) para as crianças, e por fim uma educação baseada em preceitos contemporâneos como os neoliberais, mas também e principalmente a sociologia necessita colocar em destaque as diferenças sociais que existem entre elas.

Em outros termos e como afirmara Florestan Fernandes na década de 1940, não se pode e não se deve englobar, numa mesma geração ou num mesmo grupo social, sujeitos que apesar de pertencerem a uma mesma faixa etária, e por conseguinte se encontrarem diante de outras gerações na sociedade, isto porque, estes nem sempre se identificam ou são identificados como sendo pertencentes a classes sociais, e portanto, são sujeitados a grupos ideológicos diferentes.

Deste modo, no âmbito da chamada “sociologia da infância” as análises têm oscilado, como ficou demonstrado neste estudo, entre as percepções biologistas que compreendem as crianças como imaturas, ou seja como sujeitos em processo de “evolução”, de um lado, e de outro são sujeitadas a vieses ideológicos neoconservadores. Assim, na primeira vertente, isto é a biologistas, a criança é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é ser constituído por indivíduos a uma dada fase de vida em que prevalece os aspectos mais uniformes e homogêneos, com características biológicas que as unem por similitudes. Na segunda vertente, no entanto as crianças são tomadas como conjunto social diversificado, alinhando-se diferentes culturas infantis, em razão de diferentes origens culturais.

No entanto, ambas as vertentes pouco problematizam ainda sobre a criança em diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes formas de poder, diferentes interesses e oportunidades de educação.

De fato parece problemático presumir sob o mesmo conceito de infância, universos sociais, que sequer guardam entre si um traço de similitude.

Deste modo, se as diferentes culturas de infância aparecem de modo geral referenciadas a conjuntos de valores, concepções, símbolos, crenças, normas e práticas que são impostas às crianças, é correto afirmar que esses elementos ou atributos tanto podem ser-lhes próprios, isto é da natureza infantil, ideia que sem dúvida está associada a uma concepção de infância, quanto podem ser assimilados, ou derivados de gerações precedentes de acordo com a análise sociológica.

Aos diferentes sentidos que o conceito de infância tem tomado e às manifestações de sentido contrário que entre as crianças é possível encontrar os paradoxos das infâncias nos seus comportamentos cotidianos, nos seus modos de pensar e de agir, nas suas perspectivas em relação ao futuro, nas suas representações sociais. Sobre estes paradoxos podemos refletir, iniciando pelas concepções mais comuns, do tipo *sensus communis*, para depois chegarmos às noções paradoxais de infância como construções sociológicas contemporâneas.

Dentre os legados e trajetórias sociais de teóricos como Comte, Durkheim, Simmel, Weber, Marx e Engels, está a busca por compreender as novas situações de existência que estão em curso no tempo histórico. Ao refletirmos sobre os contextos sociais e as escolhas dos sujeitos no interior dos sistemas sociais, o que está em evidência são tanto as questões de caráter epistemológico, que acompanha a construção de uma interpretação racional do comportamento social, como também estão os aspectos políticos os quais se apresentam como fundamentais para se compreender a reprodução e a transformação das relações sociais, que é o entendimento da relação entre indivíduo e sociedade. A autonomia dos sujeitos sociais perante a imposição de um sistema mais amplo e os limites deste mesmo sistema para normatizar a ação dos sujeitos estão no cerne de boa parte das análises sobre as relações sociais. Tomar a criança como centro das teorizações sociológicas requer recuperar o legado dos chamados clássicos para compreender de modo mais preciso as nuances que a sociologia contemporânea adquire, seja ela imbricada ou distanciada do pensamento sociológico destes autores.

Sem dúvida foi Émile Durkheim quem primeiramente, emancipou a criança ao estatuto de sujeito privilegiado da sociologia e colocou-a no centro das teorizações e da investigação sociológica. Émile Durkheim, filósofo de formação e Sociólogo francês, fundador da Sociologia como disciplina acadêmica, nasceu em Épinal, Vosges, em 1858. Frequentou a École Normale Supérieure em Paris. Em 1887 assumiu em Bordéus a primeira cadeira de sociologia da França. Atuou incansavelmente na instituição da Sociologia e no seu reconhecimento como ciência, legitimada pelo aporte teórico e metodológico de matriz funcionalista. Fundou o periódico *L'Année Sociologique* e, em 1902, passou a lecionar sociologia e educação na Sorbone.

A abordagem funcionalista com que Durkheim fundamenta a sociologia enuncia-se nas obras *Da Divisão do Trabalho Social*⁵ primeiramente seguida de *As Regras do Método Sociológico*⁶. Já na primeira obra o sociólogo francês analisa a problemática da ordem, num sistema social que requer o ordenamento para que haja progresso e desenvolvimento social e econômico, detendo-se na naturalização da Divisão do Trabalho Social, e na necessidade de estabelecimento de uma consciência coletiva capaz de compreender e aceitar a divisão do trabalho como natural e necessária.

Em sua segunda obra, *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim esforça-se para definir o fato social como objeto próprio da sociologia, esquadrinhando a trama metodológica com que procura estudar os fenômenos sociais. Deste modo, Durkheim afirma que os fatos sociais vivenciados pelos indivíduos, atuam como uma realidade independente da vontade subjetiva, que o sujeito aceita, embora não os tenha criado. O autor oferece exemplos emblemáticos de fatos sociais que não são criados pelos sujeitos sociais, mas que, no entanto, eles não os podem rejeitar, pois são as leis e regras de uma dada sociedade, suas práticas e rituais, costumes e instituições reguladoras. Assim, a própria sociedade, sua organização mais complexa, nada mais é para o *herói fundador*⁷ que um fato *sui generis*. Os fatos sociais não dizem respeito

⁵ Título original: *La Division du Travail Social* (1893)

⁶ Título original: *Les Règles de la méthode sociologique* (1895)

⁷ Cf. ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, v. 4, no. 11, p. 5-22, out., 1989.

aos indivíduos, mas mantém sua exterioridade, sendo constantemente alimentados pelos próprios indivíduos, através do que ele chama de consciência coletiva, que nada mais é que o sistema de representações e práticas coletivas, suscitados no interior de certa sociedade.

Ao analisar as sociedades complexas, entretanto, Durkheim introduzirá o conceito de anomia, que é o que nos interessa para este estudo. O conceito de anomia relaciona-se aos conceitos de normalidade e patologia social, a anomia, portanto, seria o estado de anormalidade, seja individual, seja coletivo, decorrente da falta de inscrição da sociedade na consciência individual, impedindo que o indivíduo desenvolva a consciência coletiva. Isso ocorre porque as sociedades, especialmente aquelas baseadas na divisão do trabalho social, baseiam-se na diferenciação, é preciso que as tarefas individuais correspondam antes de tudo às necessidades sociais sendo os desejos e aptidões de cada um, substituídos pela consciência de que a Divisão do trabalho é necessária à ordem e ao progresso sociais. Quando esta consciência não pode ser despertada nos indivíduos, a sociedade se vê ameaçada pela desintegração, pois os valores ficam enfraquecidos. A solução proposta por Durkheim então é a educação.

Durkheim entende que a criança é anômica por natureza, isto é, o ser humano no início de sua vida ainda não pode compreender as normas e as regras da sociedade, constitui-se num sujeito anômico por essência visto que se encontra num estado bruto de plena entrega às suas volições, às paixões desenfreadas, aos desejos absolutos e inadiáveis. Para corrigir este mal, Durkheim propõe que a educação seja encarregada não apenas de transmitir conhecimentos e saberes, mas, sobretudo, de socializar as crianças.

Neste sentido, socialização ganha contornos precisos relativamente à sociedade. Isso porque ela se dá no interior de uma lógica peculiar na sociedade da diferença, criando assim a noção de desigualdade como parte imanente da vida social. A diversidade indelével da condição material de vida deve ser considerada como natural. Esta noção de socialização coaduna com o pensamento liberal no qual a desigualdade social diz respeito às condições

individuais, previamente determinadas, atribuindo única e exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo lugar social por ele ocupado, seja na divisão do trabalho, seja na estratificação social.

O conceito de socialização, no entanto, é bastante caro à Educação. Finalidade última da educação, não ao acaso, ela fará com que os indivíduos se adaptem⁸ a realidade vivida, inscrevendo, desde cedo na criança, a sociedade. À visão de Émile Durkheim a infância é um mal a ser combatido, sobre a qual *permanece o campo de batalha entre o corpo da criança e a educação que irá corrigi-lo*⁹. De tal modo, Durkheim sugere que as consciências individuais são formadas pela sociedade, para tanto, a formação do sujeito social deve propiciar a assimilação dos princípios morais e éticos que regem dada sociedade. São, pois, estes princípios que uma vez internalizados determinam a conduta do indivíduo no grupo.

Para Durkheim *a moral consiste, antes de tudo, em estabelecer fins; ela dita ao homem os objetivos que ele tende a perseguir e, por isso, ela distingue-se das ciências aplicadas propriamente ditas*¹⁰. Portanto, o homem é um produto da sociedade, isto é, a sociedade pesa sobre o indivíduo, transformando-o em um *sujeito disciplinado, abnegado e autônomo*¹¹. Desta forma, a educação torna-se um bem social caracterizado pela capacidade de transmitir as normas sociais, compreendidas como a cultura local, uma vez definidos os seus princípios a educação tratará de diminuir as capacidades individuais em benefício do coletivo. Para o fundador da sociologia, a educação deve dar-se de forma normativa, da velha para a jovem geração, uma vez que para o autor, a criança nada mais é que tabula rasa, reafirma deste modo, a autoridade do professor, o adulto, para com o aluno, a criança. Para Durkheim uma das principais funções sociais da educação é moralizar.

⁸ O termo adaptação foi cunhado no século XIX, para designar ajustamento dos corpos ao meio, ou a um sistema pré-estabelecido. Termo empregado mais frequentemente na biologia, e tomado de empréstimo à Sociologia e depois à Educação.

⁹ Cf. FERNANDES, Heloísa. Infância e Modernidade: doença do olhar. In: Ghiraldelli Jr., Paulo (org.) **Infância, Escola e Modernidade**. Curitiba: Editora da UFPR e Cortez, 1997, p.61-82.

¹⁰ Cf. DURKHEIM, Émile. Textes.vol I. **Eléments d'une Théorie Sociale**. Paris: Les Editions de Minuit, 1975. (Collection: Le sens commun) (p. 223)

¹¹ Idem, ib.

Histórica e socialmente, a infância tem sido percebida como uma fase da vida marcada por certa instabilidade associada a determinadas problemáticas sociais relativas ao futuro das novas gerações. De fato, a esta problemática em relação ao futuro se deve inicialmente ao *baby boom* posterior à segunda guerra mundial, seguido de uma sensível queda da natalidade o que tem feito diminuir o número de crianças em diferentes sociedades. Este “declínio da infância” tem afetado principalmente a forma como percebemos a criança na sociedade, como as educamos bem como as políticas a elas destinadas.

A multiplicidade de relações de pertença e a circulação incessante por diversas situações como o tipo de educação de infância, por exemplo, constituem um dos traços específicos da criança de hoje. Por outro lado, as diferentes expressões da cultura infantil requerem espaços sociais próprios. Rizzini (1997) analisa que em décadas passadas, outros ‘problemas’ relativos a infância ganhavam visibilidade, como o abandono, a violência contra a criança, o trabalho infantil, entre outros.

Por outro lado, cristalizadas em moldes institucionais recebidos de uma época historicamente ultrapassada, isoladas do meio social envolvente, impossibilitadas de corresponder às novas necessidades e solicitações resultantes do desenvolvimento econômico, a verificação dessa carência preocupava certos círculos da sociedade eurocêntrica, como as associações filantrópicas, a igreja, que foi uma das primeiras instituições a dar-se conta, de que os problemas da infância se revestiam de essencial importância do ponto de vista econômico, social, cultural e político.

Contudo, o processo de destaque da criança na sociedade tanto na sua natureza como nas suas implicações não pode ser objeto de uma única interpretação no âmbito das ciências sociais. De fato, se, nos finais dos anos 60, a infância era um problema, na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970, as questões de participação e emancipação

tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a infância, que, hoje podemos afirmar que se transformou numa categoria econômica sobre a qual recai o ônus do futuro.

Por esta razão que os recentes estudos sobre a infância não deixam de aludir ao papel e o lugar da criança na sociedade e à crise de papéis sociais entre os adultos e as crianças.

Assim como, insistem em colocar em relevo de um lado os problemas de caráter econômico, crises sociais, desemprego dos pais, a tecnificação da sociedade e de outro desqualificação de significativas camadas da população, dentre outros problemas sócio-políticos de qualquer sociedade, são aspectos afetam a vida das crianças.

Outro aspecto é que esse pessimismo em relação ao futuro das crianças paradoxalmente coexiste com as vertentes mais românticas que transparece também no discurso acadêmico sobre a criança. Não será esta uma ressonância do discurso que atravessa o olhar das gerações adultas sobre as novas gerações? Esta questão nos leva a outra do tipo em que medida o conjunto de problemas sociais não influenciam também a problemática sociológica sobre a infância?

Uma vez que esses problemas são sentidos, percebidos e reconhecidos socialmente, a infância — quando referida a *uma fase de vida*— é encarada como uma *construção social*. Como construir, em contrapartida, um discurso sociológico a propósito dessa construção social que é a infância?

A Problemática Sociológica da Infância

Analisamos até aqui uma versão de infância, isto é, aquela que reconhece as crianças como questão social: esta "questão social" está relacionada principalmente aos processos de socialização, educação e participação (ou não) da criança na sociedade, apenas para enfocar algumas das questões socialmente mais reconhecidas como específicas da infância. Cabe perguntar, no entanto, como as crianças pensam tais questões? Esta indagação é um exemplo relativamente simples de problematização sociológica da infância; de como transformar a problemática social da infância em problema investigativo no campo sociológico. Toda a indagação é resultante da

incerteza ou uma pressuposta tentativa de desmistificação de uma certeza dada como inquestionável. A infância é um mito ou quase mito que os próprios adultos ajudam a difundir e as ideias que estes veiculam a propósito da cultura da infância ou de aspectos fragmentados dessa cultura, encontram-se afetados pela forma como tal cultura é socialmente definida, como veremos ao longo deste estudo.

As supostas características homogêneas das crianças acabam por constituir-se heteronímias, na exata medida em que são sugeridas pelos discursos políticos e por intervenções administrativas de ordens diversas, seja na família, seja na escola, seja nos diferentes grupos sociais de pertença das crianças. A própria sociologia opera, via de regra, na construção heterônima da infância ao enfatizar representações de *sensus communis* que predominam sobre os mais jovens. Um exemplo deste tipo de operação sociológica aparece em estudos em que se procura liberar a criança da submissão ao poder familiar e “emancipá-la” para determinados atos da vida civil, esta opera em paralelo aos pressentimentos mais nostálgicos de desencantamento da infância e reafirmam a dependência e a passividade das crianças em relação aos adultos.

Sem que se possa negar a necessidade de atenção e cuidado dos adultos para com as crianças, aos efeitos reais da socialização designadamente através da escola, cabe questionar: se é coerente que o argumento desta socialização se tem referido a processos dominados por ações receptivas e reflexivas, designadamente as de perscrutar a infância; se é também corrente o argumento de que a socialização designa, em contrapartida, processos dominados por ações de extroversão que se exprimem por resultados tangíveis, no que se refere, por exemplo, à sociabilidade das crianças em seus grupos de pares. No entanto, é correto afirmar que esses argumentos podem ser postos em questão no âmbito das culturas de infância, isto é, aos pressentimentos nostálgicos de *desencantamento do mundo* podendo opor-se a ideia de reencantamento da infância, a partir de sua fetichização pelos “novos estudos sociais sobre a infância”.

Outro aspecto a ser ressaltado por esta pesquisa é que alguns dos mais recentes e conhecidos trabalhos da sociologia da infância, analisados neste estudo (Mollo-Bouvier, Qvortrup, Sirota, entre outros), em vez de se basearem em observações diretas, funcionam, de certo modo, como caixas de ressonância, dos *sensus communis*, reafirmando os cânones dominantes das culturas infantis, por os perceberem como indiscutíveis. A realidade, no entanto, tem se mostrado, bastante diversa. Para chegar a ela é necessário, contudo, penetrar nos meandros do cotidiano das crianças. Por fim, em alguns estudos é possível encontrar imagens das culturas infantis retratadas como ameaçadoras para a sociedade. Paradoxais, mais uma vez, essas imagens podem ser alimentadas ou fundamentadas por análises sociológicas centradas nos mais simples aspectos da cultura infantil, que são justamente aqueles que interessam às perspectivas dominantes da sociedade.

Deste modo, a infância enquanto categoria sociológica, é como qualquer mito, uma construção social que existe mais como representação social do que como realidade vivenciada pelas crianças. O desafio que se coloca à sociologia é, então, o da desconstrução ou desmistificação sociológica de aspectos ideológicos das infâncias, que em forma de mito, nos são dados como uma entidade homogênea.

A desconstrução da infância como representação social de *sensus communis* revela-se como uma construção sociológica e em consequência apresenta-se como mais um paradoxo da infância. A representação social da infância cede lugar à realidade sociologicamente construída. A sociologia em suas análises sobre a infância acabará por estabelecer-se como capaz de problematizar, certos aspectos sociais relativos às crianças, vertendo o significativo social, predominantemente ideológico, transformando-o em significado sociológico em forma de discurso científico.

Proceder a análise das transformações que têm afetado as crianças quando referidas a uma determinada fase da vida, ou seja, quando referidas a um processo que se desenvolve num período determinado de tempo, isto é,

que se inscreve numa duração, é um dos desafios que se colocam à sociologia. A infância quando aparece referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias culturais, históricas, econômicas, sociais e políticas; uma categoria sujeita, portanto, a modificar-se ao longo do tempo.

Francis James Brown (1929), inspirado nos estudos de Emile Durkheim, foi o primeiro na obra intitulada *Sociology of Childhood* a reconhecer que a infância não se refere a uma fase de vida que tenha de necessariamente emergir, em todas as sociedades. Na década seguinte Marcel Mauss (1937) reconheceu que a infância se reportava a uma fase de vida com limites cronológicos flutuantes, variando a sua duração de sociedade para sociedade. Os trabalhos de Brown e Mauss, vieram pôr definitivamente em questão as teses então dominantes, que se limitavam a considerar a infância um campo de inferência da maturação biológica e psicológica, uma segmentação do curso de vida em sucessivas fases — primeira infância, segunda infância. Tais segmentações são produtos de um complexo processo de *construção social*. Determinadas fases de vida apenas são reconhecidas, enquanto tais, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases de vida são socialmente vistas como geradoras de questões sociais relevantes.

No entanto, o reconhecimento sociológico da associação de determinadas idades a determinadas fases de vida é uma descoberta nem sempre que envolve a convergência de fatores de natureza social, cultural e institucional.

No caso das crianças, de modo geral, são os adultos, tomam consciência de determinadas características específicas deste período da vida. Se estas características afetam um universo considerável de indivíduos pertencentes, a uma cultura particular, elas são culturalmente incorporadas em determinados modos de vida. Se essas características, específicas a um determinado período de vida, se apresentam como expressão de determinadas questões sociais, atraem a atenção dos poderes públicos, podendo surgir medidas legislativas ou no caso de orientações de pensamento mais conservadoras, serão adotadas medidas sociais que, por via institucional,

busquem maneiras de superar esses problemas. No caso das crianças, a queda vertiginosa da taxa de natalidade constitui um problema social contemporâneo que afeta a vida dos adultos, e das futuras gerações. Problemas como quem pagará a previdência social se a força de trabalho está envelhecendo? Como manter o nível de desenvolvimento e crescimento se há cada vez menos mão de obra? Neste sentido as crianças tornam-se problema sociológico relevante para a pesquisa acadêmica, assim como tornam-se sujeitos de medidas políticas que afetam a vida de toda a sociedade.

Estas medidas interferem, por sua vez, na vida das crianças, podendo interferir nas temporalidades de transição de uma para outra etapa da vida, seja no encurtamento da infância seja no prolongamento da adolescência. Este é o caso de medidas, eventualmente de sentido contraditório no que diz respeito a antecipação da escolarização das crianças, inserindo-as cada vez mais cedo no mundo letrado e encurtando a vivência da infância, e ao mesmo tempo ao adiamento do ingresso dos jovens na vida ativa, com o prolongamento da escolaridade obrigatória e a criação de programas de formação profissional, embora ambas as medidas tenham o objetivo comum, e latente, de controle da vida das novas gerações.

Deste modo, o suposto surgimento de um novo sentimento de infância, na Europa, entre finais do século XVII e princípios do século XIX, como sugerem Jacques Gellis (1997) e Colin Heywood (2004), pode ser correlacionado com duas importantes tendências demográficas: o declínio da mortalidade infantil e das taxas de natalidade. Tendo este novo sentimento emergido entre famílias de condição social elevada, a infância, como fase distinta da vida adulta, tornou-se tema de volumosos ensaios literários, filosóficos, psicológicos e sociológicos sobre a educação de crianças. Posteriormente, as questões sociais associadas à infância entre camadas mais pobres da população determinaram a necessidade de assistência às crianças, a sua defesa mediante medidas legislativas que regulamentassem o trabalho infantil e, enfim, a consolidação da infância como fase de vida que precisa ser cuidada e preservada. (GONDRA, 2004)

A posterior aparição do bebê como categorial social não pode deixar de ser também interpretada como uma construção social, pelo menos no campo da psicologia, da medicina, do serviço social. Torna-se para tanto necessário olhar o saber médico como um produto social específico ou distintivo, isto é, construído e atualizado como uma prática social. O reconhecimento do bebê em termos clínicos correspondeu ao surgimento de uma série de fatores de natureza social. Dito de outro modo, o bebê — encarado como sujeitos cuja vida, alimentação e atividade passaram a ser assunto específico de conhecimentos médico-psicológicos, ou bio-psico-sociais. Tais modificações na percepção dos adultos sobre os bebês, enquanto sujeitos sociais, ocorre em razão não apenas dos avanços na medicina, na psicologia e na enfermagem, mas também de práticas de saúde, vinculadas a correntes ideológicas de caráter médico-higienistas, como também surgem de mudanças ideológicas e culturais, relativamente a novas gerações, ao papel e o lugar das mulheres e das crianças na sociedade, assim como de redefinições nas políticas relativas a regulação da classe trabalhadora. (Gondra, op.cit.)

A mortalidade infantil, no início do século XX desperta o interesse da medicina, como também aspectos morais referenciados na alimentação das crianças bem pequenininhas, os bebês. O aleitamento mercenário passa a ser combatido com veemência, e a amamentação natural passa a ser preconizada e apreendida a partir não apenas de uma retórica referenciada no naturalismo, mas também da evidência de seus efeitos positivos para a saúde da criança, sem, no entanto, registrar as desigualdades de condições entre as mulheres para que o aleitamento natural de fato acontecesse.

Nesta ordem de ideias, a infância é vista como um processo biológico universal, e só começou a ser vulgarmente encarada como fase de vida quando, na segunda metade do século XX, os problemas e tensões a ela associados, como os cuidados primários com os bebês, a socialização, o abandono e a criminalidade infanto-juvenil a tornaram objeto de consciência social. O envolvimento das crianças em grupos de pares e os comportamentos começaram a ser identificados como fazendo parte de uma cultura da

infância, tornam-se fonte de preocupações crescentes, tanto de educadores reformistas de meados do século passado, quanto de cientistas sociais. De acordo com J.Francis Brown, os Estados Unidos, por exemplo, as formas que assumia essa cultura começaram a chamar a atenção não apenas os poderes públicos, nomeadamente quando se descobriu a conexão dessa cultura predominantemente em comunidades de imigrantes e seu potencial ameaçador a ordem social estabelecida.

O prolongamento da escolaridade, o combate e a legislação sobre trabalho infantil, que incrementava a idade a que as crianças podiam inserir-se no mundo adulto, a própria valorização do modelo de família nuclear, com o correspondente aumento da dependência das crianças em relação às suas famílias de origem, a proliferação de políticas assistencialistas, orfanatos e de casas de correção para crianças cada vez menores e outras medidas públicas constituíram a expressão do reconhecimento social das questões relativas à infância.

Em outros termos, a noção de *infância* adquiriu certa consistência social a partir do momento em que se começou a verificar o prolongamento desta etapa da vida, no início do século XX, com as conseqüentes questões sociais dele derivados— e o encurtamento desta mesma fase em período seguintes, notadamente na segunda metade do mesmo século, adquirindo contornos do que atualmente mais caracterizam a infância, quando aparece referida a uma *fase de vida*.

Infância: da sua Aparente Unidade a sua Diversidade

Observamos até aqui, que de acordo com as ciências sociais a infância é percebida enquanto um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituída por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida. Assim referida a enquanto fase da vida, o termo infância é prenunciador de equívocos semânticos como nos lembram Bechi (1982), Pancera (1982) e Buarque(2008). Com efeito, este termo expressa ideias e conceitos distintos, cujo paradoxo é que qualquer ideia que apareça sempre encapsulada no termo infância recobre

concepções diferentes sobre um grupo social específico, embora não homogêneo: as crianças. O paradoxo derivado é a tendência de, perante uma dada nomenclatura, conforme afirma Buarque (2000) há uma ideia subliminar que deixa de ver esse algo a que o nome se reporta, ou seja, a realidade que se nomeia ora idealiza ora marginaliza a criança:

Os brasileiros urbanos também desenvolveram, em sua cultura, nomes diferentes para dizer o que entre outros povos teria um nome apenas: criança... É a riqueza cultural, manifesta num rico vocabulário, que mostra a degradação moral de uma sociedade que trata suas crianças como se não fossem apenas crianças. O português falado no Brasil é certamente o mais rico e o mais imoral dos idiomas do mundo atual, no que se refere à definição de criança. (p.1)

Surge daí a necessidade refinar o olhar de modo a nos deixar ver através dos nomes que atribuímos à infância, e suas adjetivações, numa nova operação de pensamento que coloque em evidência a riqueza semântica que aparece associada a esses nomes, ideias, percepções, concepções e conceitos. Esse refinamento do olhar nos possibilita propor que a infância seja olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente *unidade* enquanto referenciada a uma determinada fase de vida e como *diversidade* quando estão em jogo diferentes atributos sociais capazes de fazer distinguir as crianças umas das outras.

Deste modo, quando falamos de crianças das camadas mais abastadas da sociedade ou quando nos referimos às crianças das camadas populares, ou quando falamos de crianças do campo ou da cidade, falamos de crianças completamente diferentes da infância enquanto idade da vida. Ao buscarmos certa aproximação acadêmico-científica ao chamado "mundo da criança" em oposição ao "mundo adulto" esta operação de pensamento requer certo ascetismo de vigilância epistemológica que nos conduz a partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, a infância não é, com efeito, socialmente homogênea.

Ao contrário a infância aparece do ponto de vista social cindida em razão dos interesses de grupos dominantes, ou das suas origens sociais, das suas perspectivas de viver esta ou aquela infância e das aspirações da sociedade relativamente às novas gerações. Colocar em relevo este pressuposto teórico-metodológico, é mais conveniente quanto é mais assertivo que a noção de

infância, seja ela dominante seja ela revisionista, como querem os neoconservadores, é uma das que mais se têm prestado a generalizações arbitrárias, mesmo quando aparece mascarada pela pluralização dos termos infância e cultura (Reis, 2010).

No entanto, ainda que referido a uma fase da vida, o conceito de infância tem sido revestido de uma instabilidade operativa, isso porque os contornos da fase de vida a que a infância é submetida tem se modificado ao longo da história como pudemos observar neste estudo, mas também por que a representação social da infância associada a um processo de 'maturação' entre conhecidos estágios de desenvolvimento psicomotor tem se tornado cada vez mais superada. Dito de outro modo, conforme as teorias do curso da vida, se a fase de vida a que corresponde a infância é a imagem de outras fases de vida, tomada como uma simples categoria confinada a um agregado de idades, as indeterminações conceituais são múltiplas, especialmente em se tratando de crianças pequenas¹².

Deste modo, ao tomarmos a chave conceitual "fase de vida" como um processo a infância passa a ser vista como uma sucessão de experiências e trajetórias biográficas entre o nascimento e a adolescência ou a adultez, o que não elimina os problemas de instabilidade conceitual operativa.

Tanto as experiências quanto as trajetórias biográficas das crianças podem ser descritas como conjuntos de percursos no interior de diferentes quadros institucionais, de diferentes espaços sociais, eles mesmos em constante mudança.

¹² Cf. OHNSACK, Ralf & SCHÄFFER, Burkhard (2002). "Generation als konjunkativer Erfahrungsraum. Eine empirische Analyse generationsspezifischer Medienpraxiskulturen", in Günter Burkart & Jürgen Wolf (orgs), *Lebenszeiten. Erkundungen zur Soziologie der Generationen*, Opladen: Leske & Budrich, pp. 249-273; BUDE, Heinz (2000). "Die biographische Relevanz der Generation", in Martin Kohli & Marc Szydlik (orgs), *Generationen in Familie und Gesellschaft*, Opladen: Leske & Budrich, pp. 19-35. MANNHEIM, Karl (1964). "Das Problem der Generationen", in idem, *Wissenssoziologie* [introdução e organização: Kurt H. Wolff], Neuwied: Luchterhand, pp. 509-565. MATTHES, Joachim (1985). "Karl Mannheims 'Das Problem der Generationen', neu gelesen", *Zeitschrift für Soziologie*, Ano 14, n. 5, pp. 363-372. ZINNECKER, Jürgen (2002). "Das Deutungsmuster Jugendgeneration. Fragen an Karl Mannheim", in H. Merckens & J. Zinnecker (orgs), *Jahrbuch Jugendforschung*, n. 2/2002, Opladen, pp. 61-99. Attias-Donfut C. (1989), *Sociologie des générations. L'empreinte du temps*, Paris, Presses Universitaires de France.

Neste sentido, todo e qualquer intento de periodização de trajetórias biográficas requer necessariamente ter em perspectiva dois aspectos interdependentes, conforme assevera Heywood (2004) os acontecimentos históricos e os acontecimentos individuais, os quais possibilitam balizar os diferentes fatores que constituem as trajetórias biográficas, mas sua regularidade, me verdade, acaba por refletir a trajetória de determinadas estruturas sociais. No entanto, se tomarmos as temporalidades da infância, os seus percursos de transição, seremos conduzidos a considerar a infância em sua diversidade sócio-cultural e histórica. Observamos neste estudo que as principais vertentes da chamada sociologia da infância fixam os seus pressupostos fundamentais em campos semânticos diversos e divergentes.

Sociologia e Infâncias: orientações teóricas

Aos diferentes modos de ver a criança, e representá-la na sociedade correspondem necessariamente diferentes teorias. De acordo com a pesquisa que ora se apresenta podemos agrupá-las em correntes que preponderam sobre outras, a depender do papel da criança na sociedade. Dentre elas destacamos o funcionalismo e as questões relativas ao “problema” da socialização; o estrutural-funcionalismo que as percebem como parte da estrutura social e, portanto, analisam o seu papel na sociedade, e as correntes mais recentes de orientação neoliberal que as percebem como *insumo da humanidade*, e, portanto cabe perscrutar a infância para seus modos de organização interna, a sociabilidades das crianças, seus comportamentos nos grupos de pares.

Examinaremos a seguir estas possíveis imbricações entre a teoria sociológica e as noções de infância de acordo com a procedência de cada uma destas correntes. O quadro teórico dominante baseia-se nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo. Neste campo teórico conceitual os conflitos intergeracionais ou suas discontinuidades, são analisados como disfunções no âmbito da socialização das crianças, sendo a infância tomada no sentido de fase de vida.

Para Brown (1929) cada geração é referenciada a outras gerações, no entanto, este autor reafirma a ideia de geração puramente biológica compreendida como o intervalo de tempo que abrange certo número de anos, ou seja, idade cronológica, na qual seus membros são caracterizados por um sentimento comum de se encontrarem coletivamente em presença, de outros grupos sociais mais velhos e mais novos. Ainda operando nesta chave conceitual ocorre o reconhecimento das diferenças etárias significativas referenciadas social e culturalmente quanto aos valores, interesses e problemas. Ainda que seja de caráter conservador a teoria funcionalista reconhece as culturas da infância e a relação *sui generis* que as crianças apresentam nos grupos de pares¹³. De acordo com a perspectiva funcionalista, portanto, ao admitir a cultura de pares admite-se também uma cultura própria das crianças em oposição a cultura adulta. Tal oposição pode, contudo, caracterizar diferentes tipos de rupturas intergeracionais, nas quais conflitos, rupturas e crises podem ocorrer.

Ao colocar a socialização no cerne da teoria funcionalista, defende-se a ideia de uma socialização continua a partir da qual as crianças serão socializadas de acordo com as normas, leis, valores, regulamentos predominantes entre as gerações mais velhas. Deste modo, é durante a infância que os conceitos de autonomia da vontade, espírito de abnegação e espírito de disciplina adquirem relevância. Mesmo que em certos casos a sociologia perceba as crianças como fonte de problemas, especialmente as crianças pobres e negras (RIZZINI, 1997).

Ainda que, nesta vertente, as crianças sejam percebida apenas como agentes passivos no processo de socialização, pode haver descontinuidades entre as gerações na medida em que ocorrem tensões entre os adultos sobre como conduzir os processos de inscrição da sociedade na subjetividade das crianças, havendo assim clara confrontação de posições educativas. Nestes casos certas gerações políticas são formadas no decorrer de crises ou processos políticos de certa amplitude. Por se encontrarem as crianças em

¹³ Cf. Brown em *Sociology of Childhood*, o autor dedica um capítulo sobre o tema das relações das crianças nos grupos de pares.

estado de disponibilidade, de aprendizagem da vida social e por serem percebidas como mais permeáveis as imposições ideológica.

O que está em questão, portanto é a renovação e a continuidade da sociedade, que depende da relação intergeracional, submetidas de modo mais dinâmico a uma ou outra forma de tensão social, ou ideológica. No entanto, de acordo com este campo teórico, seja qual for a natureza da tensão, os sujeitos sociais a ela subjugados isto é, as crianças, vivenciam os problemas próprios de seu tempo, como membros de uma geração mais jovem, e não como membros de um grupo social, de tal modo que se presume que os indivíduos enquanto pertencentes a uma geração vivenciam experiências que são compartilhadas pelos coetâneos que supostamente experimentam circunstâncias similares. Deste modo, um aspecto que se destaca nesta orientação de pensamento é que se generaliza a ideia de infância como fenômeno homogêneo e uniforme ao mesmo tempo em que se admite a coexistência entre as crianças de diferenças que as colocariam em distintas posições na estrutura social¹⁴.

A preponderância da perspectiva funcionalista é sucedida pelas análises de caráter estrutural-funcionalistas, ou estruturalistas. As relações geracionais ganham relevância a medida que expressam a problemática da reprodução do status social vigente. Deste modo, os estruturalistas limitam suas análises às relações intergeracionais, enquanto possibilidade de reprodução e conservação social. Desta forma, cada indivíduo ao longo da vida vivencia diferentes gerações de vida. Tal ideia esta relacionada ao tempo de vida e marcada por estágio de desenvolvimento ou estágios geracionais. De tal modo que em cada estágio da vida, há determinadas regras a serem seguidas tendo cada sujeito social, papel específico a cada geração como a infância, a adultez e a velhice. Para os autores analisados nesta pesquisa¹⁵, esses estágios em termos biológicos seriam praticamente os mesmos em todas as sociedades, contudo,

¹⁴ Destaca-se nesta corrente de pensamento o papel homogeneizador e diferenciador da educação. Cf. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978. Ver também: DURKHEIM, Émile. L'Enseignement de la Morale à l'École Primaire, *Revue Française de Sociologie*, XXXIII, 1992, p. 1609-1623.

¹⁵ Dentre os artigos analisados sobre este tema destaco Blanchard (1930); Scott (1937); Allison Davis; Havighurst (1946), dentre outros.

eles seriam diversos, exatamente por serem definidos culturalmente. Na relação *face to face* os sujeitos sociais assimilam papéis, e padrões de comportamentos a serem desempenhados a cada geração, portanto, em termos de socialização, a criança aprende com o adulto as regras de conformação levando-a paulatinamente a negar a sua condição de criança.

Não obstante, o processo baseia-se na plena aceitação das regras e valores sociais impostos pelos adultos à criança, seja no âmbito da família. Assim, espera-se que a criança assimile num processo social amplo e difuso, valores que guardem correspondência com as funções sociais que se espera que ela desempenhe.

Perspectivas críticas em relação à infância

O estudo em pauta mostrou que há certo silêncio sobre a infância no que diz respeito às teorias críticas. Os objetos analisados neste estudo (artigos, livros *panphlets*, entre outros) demonstraram a preponderância de perspectivas mais conservadoras em relação a sociedade embora seja possível reconhecer as mudanças na percepção de infâncias e no papel, mais ativo, da criança na sociedade. Entretanto, análises de crítica sobre o papel e o lugar da criança na sociedade de classes e sua natureza desigual ainda tem representado um papel insignificante nas pesquisas sobre o tema, conforme ficou demonstrado neste estudo. Vislumbramos, contudo, que o marxismo encontra-se atualmente no centro de diversas discussões científicas que fazem dele o eixo imaginário em torno do qual giram teorizações ou atividades políticas¹⁶. O que tem demonstrado certo prestígio do marxismo uma vez que pode auxiliar-nos na compreensão de problemas sociais contemporâneos.¹⁷

¹⁶ Apenas para exemplificar citamos o *Interntional Congress Karl Marx*, que ocorrerá em Lisboa, *Annual Marxism Conference*, na Austrália, *Marxism 2013*, na Inglaterra, sendo esta também uma conferência anual, ainda no ano de 2013, *Marx 2013 conference*, na Suécia. No Brasil destacamos as novas traduções do conjunto da obra de Marx e Engels, direto do Alemão, cujos lançamentos acompanham ciclos de debates com personalidades internacionais sobre o assunto, somente para citar alguns exemplos recentes da retomada dos estudos marxistas.

¹⁷ Cf. MESZAROS, István. *Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Deste modo, ainda que as críticas em relação ao conceito de infância difundido pelos funcionalistas, como categoria social dominada por relações de dominação de caráter social e econômico, e na sua relação entre as gerações mais velhas, venham sendo realizadas por diferentes teóricos, ainda prevalece a noção dominante de infância como categoria social subordinada aos preceitos adultocêntricos, e embora não haja ainda uma crítica a condição de dominação de classe, o que está em pauta é o papel passivo das crianças na relação com os mais velhos.

Kramer (2007), Bujes (2002), Araújo (2005) e Reis (2011), alertam que no afã de resolver a celeuma sobre a diversidade de condições de vida das crianças, muitos autores tendem a colocar o termo infância no plural. No entanto, autores mais rigorosos tendem a ressaltar a necessidade de qualificações novas, nesse terreno¹⁸.

O termo infância no plural simplesmente, não pode dar conta das especificidades das infâncias pobres e ricas, pois neste caso a ordem argumentativa do discurso não se altera, uma vez não se define sobre quais infâncias se está falando, isto é, uma criança rica na Europa, tem uma infância distinta daquela infância rica vivenciada no hemisfério sul, no entanto são infâncias. As conseqüências ideológicas desta inflexão são, naturalmente amplas: o discurso progressista (obviamente, não Marxista) transforma-se rapidamente num discurso conservador, que define e dimensiona a orientação teórica no caso das pesquisas em questão. É inegável que hoje o debate sobre infância se avolumou. Discute-se, indaga-se, questiona-se muito mais. As análises sobre as diferentes infâncias brasileiras aumentam de forma expressiva. Diante desse volume de publicações, ainda que, em certos casos, não represente um salto qualitativo, é certamente o indício de maior atividade

¹⁸ Sobre a necessidade de rigor nas teorizações sobre a infância veja-se por exemplo, o artigo de KARMER, Sônia. A Infância e Sua Singularidade.. In: BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aricélia R. do. **Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. (p.13-23). Ver também: ARAÚJO, Vânia. Infância e Educação Inclusiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v.23, n.01, p.65-77, jan/jul, 2005.; BUJES, Maria Isabel E. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002. REIS, Magali. Notas sobre a Sociologia da Infância. In: OLIVEIRA, Djaci D.; FREITAS, Revalino; TOSTA, Tânia. (Org.). **Infância e Juventude: Direitos e Perspectivas**. 1ed.Goiânia e Distrito Federal: UFG/Funape/MInistério da Educação, 2011, v. 1, p. 19-30.

científica e política no que diz respeito a criança brasileira. Porém, o que se coloca hoje como crucial é o confronto de posições de modo que os resultados das análises empreendidas possam de fato recrudescer.

Após a análise do material coletado para elaboração do relatório do estágio pós-doutoral, esta pesquisa retomou os estudos acerca de alguns conceitos marxistas que incidem diretamente sobre a realidade concreta de crianças cuja importância deriva não somente das implicações teóricas decorrentes deles, mas como conceitos estratégicos que são, no exame das condições de infância na sociedade de classes. Trata-se assim de material que se propõe a ser uma pequena contribuição a um debate sobre as peculiaridades da infância, e da necessária superação da alienação e dependência das crianças em relação aos adultos.

Passemos a examinar os conceitos marxistas de classe social, trabalho alienado e estranhamento, reificação e o furto da essência da infância, isto é, o furto do lúdico no pensamento de Karl Marx.

O conceito de classe social parecer ter se tornado comum nas discussões afetas à infância, sem que sejam dadas, contudo, as bases de seus significados e construção epistemológica. No entanto, na definição marxista de classe, encontramos duas grandes classes sociais, por ele identificadas como antagônicas, isto é, os Burgueses - Proprietários dos meios de produção, e o Proletariado constituído por aqueles que possuem apenas suas força de trabalho para garantir sua sobrevivência e de sua família.

Nesta primeira definição localizada nos primeiros estudos de Marx, especialmente no Manifesto do Partido Comunista, o autor afirma que as relações de classes se constroem nas relações de produção, ou seja, no âmbito econômico. Em outros termos, para o filósofo alemão as relações de produção constituem as relações de classe, marcadas fortemente pelo antagonismo entre os detentores dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho. Deste modo, a economia é a base desta definição de classe. Assim compreendidas, as classes sociais como apresentadas por Marx são categorias analíticas que nos possibilitam visualizar diferenças sociais e materiais entre grupos, que são em verdade separados por fatores

econômicos, isto é, a posição dos sujeitos sociais nas relações de produção é fundamental para o entendimento do “lugar” social de cada sujeito na estrutura social do modo de produção capitalista.

No entanto, tanto no Dezoito Brumário de Luis Bonaparte, quanto n'A Luta de Classes em França 1848-1850, Marx analisa a existência de outros grupos econômicos, como pequenos artesãos, ferreiros, moleiros, camponeses, assim como os parias e os miseráveis, que por não estarem inseridos no modo de produção capitalista também *não* estão submetidos à estrutura de classes, constituindo o que ele denomina de *Lumpenproletariado*. O termo Lumpen deriva da forma Alemã *Lump* que designa trapo. Marx utiliza o termo para definir uma categoria social, situada nos estratos inferiores da sociedade, que como tal, não constitui um grupo organizado, portanto está mais susceptível a deixar-se enredar pelas manobras mais reacionárias da burguesia. O lumpenproletariado vive, desta forma, à margem da sociedade.

No entanto, entre as duas grandes classes sociais - os Burgueses e os Proletários, Marx identifica um outro grupo homens que ele denomina de pequena burguesia. A pequena burguesia, segundo Marx, compõe-se essencialmente de um grupo que não possui propriamente os meios de produção material, mas destaca-se do proletariado. São médicos, engenheiros, professores, pequenos comerciantes. Este grupo de homens, no entanto, orbita em torno da burguesia, visa a ascensão social e, portanto, alinha-se ideologicamente com a burguesia.

Estas definições são bastante elucidativas e registram certas especificidades que são importantes a medida que nos possibilitam compreender a multiplicidade de experiências possíveis das infâncias brasileiras. Ser pobre não é uma categoria totalizadora que já indica uma condição geral, ao contrário, a pobreza abre de fato uma multiplicidade de experiências relativas às infâncias, assim as crianças pobres são tanto as filhas de trabalhadores assalariados, originando-se assim da classe explorada pelo capital, quanto são elas mesmas as exploradas pelo trabalho infantil, ou aquelas que vivem em espaços abertos como a rua, ou ainda as que vivem nas periferias, ou nas favelas, são também as crianças institucionalizadas,

desamparadas, abandonadas, expostas a riscos sociais, caracterizando assim, a progressiva lumpenização da infância.

A urgência de um amplo exame das definições de classe no Brasil, na atualidade não pode ser colocada em dúvida. As especificidades das condições de vida das crianças pobres refletem-se no conjunto de bens sociais dos quais elas podem usufruir ou não, como habitação, educação, saúde, transporte, entre outros. Neste sentido, o que está em questão são as condições gerais de vida dos filhos dos pobres, fator que tem implicações no tipo de relações sociais macro e micro que este grupo possui, a disponibilidade, ou não, de aparatos sociais específicos que garantam a plena vivência da infância, e os mecanismos encontrados para a superação, de fato, da condição de classe subalterna. Estas são apenas algumas das questões que a simples pluralização do termo infância é incapaz de alcançar.

De fato, o problema das análises relativas à infância pobre, ou lumpenizada, que chamamos de forma vaga de infâncias, aparece como problema teórico também no que se refere ao trabalho. Marx dedica-se a análise do trabalho infantil e feminino. N' O Capital, encontramos no tomo II o capítulo que trata da Maquinaria e Grande Indústria, e nele a denúncia do furto do lúdico. Marx analisa que o trabalho degradante rouba a essência da infância que é o folguedo. Para o filósofo a exploração do trabalho infantil ocasiona a degradação moral de mulheres e crianças, defende que as crianças devam ser preservadas dos efeitos destrutivos do sistema capitalista. Em outros termos, o sistema social degrada o operário até o ponto de transformá-lo em simples instrumento de capital, e em consequência converte os pais em mercadores de escravos de seus próprios filhos.

Cabe destacar aqui o conceito de trabalho alienado, como um dos conceitos-chave mais caros ao marxismo, que nos possibilita compreender a argumentação a respeito das relações que se dão na forma capitalista de produção, entre o trabalho e o capital. Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, esse conceito é elaborado por Marx ao desvendar os mecanismos internos da dominação capitalista sobre o trabalhador. Isto porque, no modo de produção capitalista o trabalho aparece como forma de opressão e desumanização do trabalhador. Marx compreende o trabalho como a força capaz de desenvolver

no homem toda a sua potencialidade, porém o que ocorre no capitalismo é não apenas o impedimento de que as potencialidades humanas se desenvolvam no trabalhador, como também ao invés de libertá-lo, submete-o a condição de escravo do seu próprio trabalho, produzindo sobre ele uma relação de estranhamento, e reconhecendo no próprio trabalho *algo que o oprime, que o fatiga e a que é obrigado a recorrer, tão-somente, para garantir a sua sobrevivência.*¹⁹

No entanto, há uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), conforme afirma Ranieri (2001):

alienação e estranhamento enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem. Em outras palavras, pode-se dizer que aquilo que Marx designa por alienação (ou exteriorização, extrusão, *Entäusserung*) tem a ver com atividade, objetivações do ser humano na história, ao mesmo tempo em que estranhamento, pelo contrário, compõe-se dos obstáculos sociais que impedem que aquela atividade se realize em conformidade com as potencialidades humanas, obstáculos que, dadas as formas históricas de apropriação do trabalho e também de sua organização por meio da propriedade privada, faz com que a alienação apareça como um fenômeno *concêntrico* ao estranhamento.

O trabalho estranhado é aquele que cujo produto não apenas é alienado do trabalhador, mas se torna hostil a ele, o que é tão intenso no trabalho do adulto quanto no trabalho infantil. Não obstante, Marx prossegue afirmando que a ganância do capitalista coisifica tudo o que pode. Do mesmo modo a força de trabalho, o trabalho alienado nada mais é que o trabalhador, adulto ou criança, homem ou mulher, transformado em parte do maquinário. Eis que Marx define este fenômeno como a reificação.

O conceito de reificação neste sentido é importante, pois vai além da simples análise de que o sujeito coisificado possa apenas ser instrumentalizado pelo proprietário dos meios de produção, pressupõe mais, que este proprietário não perceba mais no trabalhador as características que o tornam propriamente exemplar do gênero humano, isto é, tratar alguém como uma “coisa” significa

¹⁹ Cf. RANIERI, Jesus. *A Câmara Escura: Alienação e Estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

justamente tomá-lo como "algo", despido de quaisquer características ou habilidades humanas²⁰.

Evidentemente, o tratamento teórico dado, nesta proposta de trabalho, aos conceitos de Marx e de Durkheim não esgota a problemática da infância, ao contrário suscita novos estudos complementares, que possam dar conta de fato da complexidade das condições de infância das crianças brasileiras. A idéia foi apresentar apenas alguns dos muitos conceitos ainda pouco tratados pela fatura crítica no Brasil, relativamente aos estudos sobre as infâncias. Esta opção parte do entendimento de que qualquer debate, que tenha como horizonte a superação da visão adultocêntrica sobre a criança, não pode deixar de lado as determinações decorrentes do pensamento estrutural funcionalista, e sequer pode ignorar a contribuição de Marx a esta questão, e muito menos ignorar o lugar dessa contribuição nas possíveis orientações políticas, que poderão ser incorporadas na luta social pela emancipação da classe trabalhadora e de seus filhos.

Daí a necessidade de se colocar em discussão os conceitos tratados neste estudo, como algo bastante importante quando o tema são as infâncias, pois através da exploração de seu conteúdo, podemos pensar tanto nos obstáculos práticos quanto intelectuais para a compreensão de fato das crianças e suas condições de infâncias. Neste sentido, esta pesquisa não trata, pelo menos de início, de uma proposição, ou de uma correção aos preceitos dessa ou daquela teoria sociológica sobre a infância, mas de uma reconsideração do que se pode esperar que a teoria sociológica em seu sentido mais rigoroso, possa fazer, o que implica explorar o que esta teoria tem efetivamente produzido. As análises dos movimentos da sociologia em relação à infância durante o século XX demonstrou que houve de um lado um movimento fundamentado na teoria funcionalista, sucedido pelas análises de orientação neoliberal sobre a infância, distanciadas, portanto das análises e discussões críticas sobre o papel e o lugar da infância na sociedade desigual.

²⁰ Cf. HONNETH, Axel. Observações sobre a reificação. *Civitas*, Porto Alegre, v.8, n.1, jan-abr, 2008, p. 68-79.

À guisa das considerações finais

Debatemos nesta pesquisa os conceitos de infância e revisamos algumas das correntes teóricas dominantes da sociologia e sua relação com a vida das crianças, colocamos em evidência as influências dessas correntes na análise cultura de pares, e discutimos aspectos paradoxais da infância na sociedade, tendo como pano de fundo as organizações sociais ocidentais, portanto eurocêtricas.

Pudemos observar durante o estudo que as teorias funcionalista que veem a criança em seu aspecto bio-psico-social foi a de mais longa tradição nos estudos sociológicos sobre a infância. Admitimos por meio dos dados analisados que em diferentes momentos do século XX foi possível encontrar duas tendências teórico metodológicas sobre a infância sendo uma que consiste em receber o vivido (normas, valores, ideias, instituições, entre outros) da geração antecedente, e portanto, a infância se subordina a velha geração, e outra que deixa fluir a sua própria espontaneidade com vistas a formas de dominação mais sutis, que operam na subjetividade da criança.

Há, assim, ideias que exprimem uma suposta homogeneidade entre o recebido e o inerente às crianças. Em outros casos revela-se uma forte heterogeneidade sendo características de épocas atravessadas por conflitos ou descontinuidades intergeracionais e por mudanças significativas na forma de pensar a criança no seio da sociedade.

Destacamos que essas descontinuidades ocorrem como efeito do peso da infância sobre as novas gerações, da estrutura de classes que define o meio social de origem das crianças, ou ambas as categorias de certo modo combinadas.

Do ponto de vista estritamente conservador a infância é o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos às crianças, tomando-as como conjunto referido a uma fase da vida, isto é, valores que serão atribuídos às crianças em diferentes meios e condições sociais.

Para além de uma propalada atração pela cultura da infância, os adultos exercerão sobre as crianças de diferentes meios sociais certa força de controle e imposição de valores, embora possamos admitir que esses valores serão

mais ou menos prevacentes e diferentemente vividos segundo os meios e as trajetórias de classe nas quais as crianças se inscrevem. No domínio da sociologia sobre a infância, os conceitos de geração e cultura têm sido predominantemente utilizados com o propósito de discernir os diferentes significados e valores de determinados comportamentos das crianças, sendo as culturas da infância vistas de forma preponderante tanto pelo funcionalismo quanto pelo estrutural funcionalismo, e ainda apropriadas por orientações teóricas de caráter neoliberal, que consideram as crianças como *commodities* das gerações passadas e futuras.

Deste modo, preponderam os processos de internalização de normas, como processos de socialização. Não obstante, é ao nível das representações sociais dominantes, isto é, das culturas dominantes que a cultura da infância tem sido analisada. No entanto, colocamos em destaque neste estudo a importância de reivindicar uma utilização mais dinâmica dos conceitos de Infância e cultura da infância, explorando de forma mais profunda uma crítica aos cânones que vem sendo largamente difundidos sobre as crianças na sociedade contemporânea. Cabe fazer apelo para específicos modos de vida e práticas cotidianas que expressam certos significados e valores não apenas ao nível das instituições, mas também ao nível da própria condição de vida e sociabilidade infantil.

De fato, mesmo encarando a infância como resultado combinado de específicos processos de socialização, há que se compreender o conceito de socialização em suas várias acepções. Permitimo-nos destacar duas vertentes mais difundidas, entre as quais se tem estabelecido uma oposição cuja irreduzibilidade parece conveniente ultrapassar. A primeira delas diz respeito ao o conceito de socialização utilizado para analisar como, na sociedade ocidental, os ordenamentos sociais possíveis apenas pela transmissão de normas a um nível coletivo, e, portanto macrossocial, como por exemplo, normas de gerações, ou normas de classes sociais, entre outras. Na segunda o sentido conferido ao conceito de socialização tem sido utilizado a um nível microssociológico, sendo possível nesta perspectiva, entender como as crianças, no dia-a-dia reproduzem ou modificam essas normas, ou criam alternativa outras subvertendo as imposições dos adultos.

A questão que se coloca é que se queremos decifrar os enigmas dos paradoxos da infância nas concepções contemporâneas, resta saber se as crianças compartilham os mesmos significados e se no caso afirmativo, o fazem de forma semelhante à dos adultos, e ainda quais seriam as razões por que compartilham ou não, de forma semelhante ou distinta, determinados significados?

Para responder a estas interrogações, torna-se necessário que as crianças sejam estudadas a partir dos seus contextos vivenciados ou vivenciais, no cotidiano, pois, é cotidianamente no curso das suas interações, que as crianças constroem formas de compreensão e entendimento que se articulam a formas específicas de consciências, de operações de pensamento, de recepção das disposições adultocêntricas e as ações que as crianças desenvolvem buscando formas de inversão de forças com os mais velhos.

Importa destacar também de que forma a sociedade se traduz na vida dos sujeitos sociais de pouca idade, ou seja, os contextos vivenciais ou cotidianos da infância fazem também parte crenças e representações sociais que as crianças encontram sem que diretamente tenham tomado parte na sua elaboração.

No fluir destas análises tem avançado a análise sociológica da infância. Como também cabe avançar no refluxo das correntes conservadoras dominantes em movimentos de contracorrente, uma vez que transitar ao sabor das correntes dominantes envolve um grave perigo, o de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos acorrentarmos, como náufragos à deriva.

As análises comparativas e interculturais tem revelado uma variedade de possibilidades de vivenciar a infância, em vez de uma infância como um fenômeno único e universal. As alterações à experiência da infância dependem do país, a classe social, do gênero, da etnia, da nacionalidade, fato que significa que a infância é uma variável de análise social, que não pode ser separada das outras variáveis. Infância não se refere a uma determinada pessoa ou criança, mas concentra-se na condição geral de ser uma criança. É um conceito social e cultural, ideia e categoria, refere, portanto, a um período de dificuldades da vida humana, em que esta definição é feita subjetivamente de forma arbitrária pelos adultos. Em cada caso a infância não é objeto estático

ou fato universal da natureza humana com fundo naturalista, sem que possa anular o significado básico de relações biológicas. É um quadro relativo e varia de ideias, que define a experiência de ser uma criança, que consiste de uma variável no espaço e no tempo categoria sociológica que não pode ser estudada isolada do restante da sociedade. A invenção social e cultural da infância confirma a dramática mudança de sua imagem e às concepções de crescimento infantil em geral. É um fato que difere no tempo e no espaço, que há dissensões entre pesquisadores, mas também para as pessoas comuns em que períodos diferentes expressam ideias e percepções sobre estas questões e que em diferentes fases da história surgiram concepções de infância, que foram escritas do ponto de vista dominante, representando a sua invenção ou sua recodificação em cada período.

A diferença de condições de vida e do nível de bem-estar entre as crianças de diferentes grupos sociais que caracterizam infância, cria múltiplas infâncias. Não há, então, uma "infância", há muitas "infâncias", portanto, resta-nos indagar o que ocorre com os perigos sociais que ameaçam a infância? A questão da violência, da violência doméstica, da violência escolar, abuso sexual e negligência de crianças, a pedofilia na internet, o crescimento da delinquência infantil? Além disso, embora as crianças sejam cada vez mais consideradas valiosas para a sociedade, eles continuam a ser uma categoria com elevado índice de pobreza.

Como a criança é estudada principalmente no âmbito das áreas nomeadamente no contexto da família e da educação, é uma questão de particular importância para o estudo das grandes mudanças que estas instituições enfrentam hoje em dia, mais ainda a interpretação, a compreensão, a construção e, claro, o estudo sociológico e histórico-social da infância atualmente tende a acumular por combinações investigativas, o funcionamento da estrutura social e da ação da criança como ser social agente.

A sociedade precisa garantir às crianças seus direitos básicos e maior participação nos processos decisórios da sociedade, e precisa ainda, enfrentar a disfunção que acontece na escola, na família e na sociedade, para decidir qual é o interesse da criança e para garantir a eliminação das discontinuidades político-administrativas, seja pela importação e apropriação acríticas de

pesquisas, projetos políticos e experiências práticas europeias, no caso do Brasil, assim como equacionar a ausência de registros históricos, operação custosa de retorno pouco visível, porém de fundamental importância para a consolidação de projetos que visem garantir o conhecimento autorreflexivo de nossa realidade social e profissional, sobre as crianças.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: Destruição da Experiência e Origem da História*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Educ. Soc.* [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 419-442, Maio/Ago. 2005.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. O que é ser criança e viver a infância na escola: a transição da educação infantil para o ensino fundamental de nove anos. In: *Anais da 32ª Reunião Anual da Anped, Sociedade e cultura: novas regulações?* Caxambu, 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho_gt_13.html> Acesso em: 18 jan. 2011.

ANDRÉ, Marli E. D. A. & LÜDKE, Menga. *Pesquisas em educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPE, 1986.

ANDRÉ, Marli E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. 14a. Ed. Campinas: Papirus, 2008.

ANDRÉ, Marli E. D. A. *O Papel da pesquisa na formação e na prática do professor*. Campinas: Papirus, 2005.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *Educação e Sociedade*. vol.28, n.100, pp. 1059-1083, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>. Acesso em: 09 fev 2011.

Becchi, Eglê. *Metafore d'Infanza*. *Rivista aut aut*, Milano: nuova serie, settembre-dicembre, 1982, pp. 3-26.

BECK, U. & BECK-GERNSHEIM, E. *Generación global*, Barcelona: Paidós, *Global Generation*, Frankfurt, 2007.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2007.

BELLONI, Maria Luiza. O que é sociologia da infância. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BODGAN, Robert e BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 2008.

BROWN, Francis J. *The Sociology of Childhood*. New York: Prentice-Hall, 1929.

BUARQUE, Cristovam. Os nomes da Criança. *A Página da Educação*. n.º 174, Ano 17, Janeiro 2008, p. 30.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Artes de governar a infância: linguagem e naturalização da criança na abordagem de educação infantil da Reggio Emilia. *Educação em Revista* [online]. 2008, n.48, pp. 101-123 .

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. *Rev. Bras. Educ.* [on line], Rio de Janeiro, n. 21, p. 17-39, set./dez. 2002.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e Maquinarias. São Paulo: DP&A, 2002.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O fio e a trama: as crianças na malha do poder. *Educação e Realidade* [online], Porto Alegre, vol. 25, n. 1, p. 25-44, jan/jul. 2000.

CHARLOT, Bernard ; SILVA, V. A. . *De Abelardo até a classificação de Xangai: as universidades e a formação dos docentes*. **Educar em Revista** (Impresso), v. 37, p. 39-58, 2010.

CHARLOT, Bernard . *Convergence internationale et diversification interne des modèles scolaires*. **Revue Internationale d'Éducation Sèvres**, v. 52, p. 129-137, 2009a.

CHARLOT, Bernard . *A escola e o trabalho dos alunos. Sísifo. Revista da Universidade de Lisboa*, v. 10, p. 89-96, 2009b.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 91, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 02 fev 2011.

CORSARO, William A.. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. *Educ. e Soc.* [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005.

COSTA, Marisa V. e BUJES, Maria Isabel E. *Caminhos Investigativos III*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Ouvindo crianças: considerações sobre o desejo de captar a perspectiva da criança acerca da sua experiência educativa. In: *Anais da 27ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu, 2004. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm> > Acesso em: 18 jan. 2011.

DA ROS, Silvia Zanatta. Brincadeiras infantis e relações sociais. *Perspectiva*. Florianópolis, UFSC / CED, NUP, n 22, p. 139-155. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10747/10262>. Acesso em: 17 jun 2010.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Pesquisa no campo educacional: dos documentos aos relatos orais. *Pesquisa Qualitativa*. UNESP/Rio Claro, ano 1, n.2, São Paulo, 2009.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; et.al. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

DURKHEIM, Émile. A Evolução Pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DURKHEIM, Émile. Educação Moral. *In: Educação, Sociologia e Moral*. Lisboa: Res, 2005.

DURKHEIM, Émile. Ética e Sociologia da Moral. São Paulo, Landy, 2003.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DURKHEIM, Émile. L'Enseignement de la Morale à l'École Primaire, *Revue Française de Sociologie*, XXXIII, 1992, p. 1609-1623.

DURKHEIM, Émile. Le Regole del Metodo Sociologico. Milano: Ed. Di Comunità, 1964.

DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURKHEIM, Émile. Textes.vol I. Eléments d'une Théorie Sociale. Paris: Les Editions de Minuit, 1975. (Collection: Le sens commun)

DURKHEIM, Émile. A Dualidade da Natureza Humana. *In A Ciência Social e a Ação*. São Paulo, Difel. 1970.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e Filosofia. São Paulo: Ícone, 1994.

FAZZI, Rita de Cássia. O drama racial da criança brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FEIXA, Carlos O conceito de geração. *Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2. Brasília: 2011

FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Vozes, 1979.

FERNANDES, Heloisa R. Infância e modernidade: doença do olhar. In: GHIRALDELLI Jr., Paulo (org.) Infância, Escola e Modernidade. Curitiba: Editora da UFPR e Cortez, 1997, p.61-82.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. "Branco demais" ou... Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. IN: SARMENTO, Manuel, GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs). Estudos da Infância; educação e práticas sociais. Petrópolis, Vozes, 2009.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Consulta sobre qualidade na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: Ghiraldelli Jr., Paulo (org.). Infância, Escola e Modernidade. São Paulo/Curitiba: Cortez/Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997. (83-100)

GARCIA, Sylvia Gemignani. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. Tempo Social. Rev. Sociologia USP. São Paulo, 13 (2): 143-167, nov 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a08.pdf>. Acesso em: 25 jun 2010.

GÉLIS, Jaques. "A individualização da criança" In ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). História da vida privada (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GOMES, Lizandra Ogg. Aproximações entre os processos de socialização e a Sociologia da Infância. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT14-6200--Int.pdf>. Acesso em: 04 fev 2011.

GRIGOROWITSCHS, Tamara. O conceito de socialização caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com bases em Georg Simmel e Georg H. Mead. Educação e Sociedade. Campinas: v. 29, n. 102, p. 33-54, jan/abr 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0329102.pdf>. Acesso em: 22 abr 2011.

GONDRA, José G. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRUSCHKA, Andreas. **Negative Pädagogik: Einführung in die Pädagogik mit Kritischer Theorie**. Frankfurt/Main: Büschse Der Pandora, 2004.

GRUSCHKA, Andreas. Wie lernt man, kalt zu werden? Von den Konflikten auf dem Weg zum guten und schlechten Menschen. *Pädagogische Korrespondenz*. Heft 19, 1997. S. 34-59.

GULLESTAD, Marianne. Infâncias imaginadas: construções do eu e da sociedade nas histórias de vida. *Educ. Soc.* [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 509-534, Maio/Ago. 2005.

HART, Roger A. Children's participation: from tokenism to citizenship. Florence, Italy: UNICEF, 1992. Disponível em: <<http://www.unicef-irc.org/publications/100>> Acesso em: 08 jan. 2011.

HEYWOODY, Colin. Uma História da Infância. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

HONNETH, Axel. Observações sobre a reificação. *Civitas*, Porto Alegre, v.8, n.1, jan-abr, 2008, p. 68-79.

IANNI, Octávio. Marx - Sociologia. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1980 (introdução, p. 7-42)

JAVEAU, Claude. Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? *Educ. Soc.* [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 379-389, Maio/Ago. 2005.

KARMER, Sônia. A Infância e Sua Singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aricélia R. do. Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.(p.13-23)

KRAMER, Sonia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006a.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. Educ. Soc. [on line], Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006b.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. Cadernos de Pesquisa (online). n 116, p. 41-59, jul 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf>. Acesso em 17 jun 2010.

KRAMER, Sônia. Crianças e adultos em diferentes contextos: desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 163-189.

KRAMER, Sonia; BAZÍLIO, Luis C. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, Maria Isabel; KRAMER, Sônia. Infância: fios e desafios da pesquisa. 7a. Ed. Campinas – SP: Papirus, 2003.

MADEIRA, Rosa. A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida. Perspectiva [on line], Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 79-114, jan./jul. 2005.

MAGALDI, Ana Maria. Cera de Modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais Brasileiros. In: GONDRA, José G. História, Infância e Escolarização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

MANNHEIM, K. Das Problem der Generation", in *Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk*, hg. von Kurt H. Wolff, Neuwied/Berlin: Luchterhand, 1964, pp. 509-565.

MANNHEIM, K. "The Problem of Generations", in *Essays on the sociology of knowledge*, edited by P. Kecskemeti, Nova York: Routledge & Kegan Paul, 1952, pp. 251-273] [1928].

MARTINS, José de S. O Massacre dos Inocentes: A Criança sem Infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX e ENGELS. A ideologia alemã (I - Feuerbach). 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Luta de Classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich.. Manifesto do Partido Comunista.5ª. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. 18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kunghelmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Maquinaria e grande Indústria. *in*: _____. O Capital. Cap. XIII. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. II

MAUSS, Marcel. Fragments d'un plan de sociologie générale descriptive. Classification et méthode d'observation des phénomènes généraux de la vie sociale dans les sociétés de types archaïques (phénomènes généraux spécifiques à la vie intérieure de la société) , *Annales sociologiques*, série A, fascículo 1, 1934. In: MAUSS, Marcel. *Œuvres* 3. Paris: Éditions de Minuit, 1969. p. 340 (edição de Victor Karady).

MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. *Pro-Posições* [on line], Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-244, set./dez. 2010.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. *Perspectiva* [on line], Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 57-82, jan./jun. 2007.

MESZAROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Educação para Além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Contradições e consensos na combinação de métodos quantitativos e qualitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 54-76.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. Educ. Soc. [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 391-403, Maio/Ago. 2005.

MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MONTANDON, Clêopâtre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. Cad. Pesqui. [on line], São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.

MONTANDON, Cleópâtre; LONGCHAMP, Philippe. Você disse autonomia? Uma breve percepção da experiência das crianças. Perspectiva [on line], Florianópolis, v. 25, n. 1, 83-104, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>> Acesso em: 23 dez. 2010.

MUSGRAVE, P. W. Sociologia da educação. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1979.

MUSGRAVE, P. W. Sociología de la educación. Barcelona: Herder, 1972.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. A Infância na Escola e na Vida: Uma relação fundamental. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro. Escolarização da infância: notas sobre história, concepção e políticas. In: Anais da 32ª Reunião Anual da Anped, Sociedade e cultura: novas regulações? Caxambu, 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/trabalho_gt_13.html> Acesso em: 11 nov. 2010.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Julia. A escola vista pelas crianças. Porto: Porto editora, 2008.

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, v. 4, no. 11, p. 5-22, out., 1989.

PACERA, CARLO. Semantiche d'infanzia. *Rivista Aut Aut*, La Nuova Italia, Milano, sett.-dic. 1982, pp. 191-196.

PINTO, Maria Raquel Barreto. A condição social do brincar na escola: o ponto de vista da criança. In: Anais da 26ª Reunião Anual da Anped, 2003, Poços de Caldas. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>> Acesso em: 22 dez. 2010.

PIRES, Sérgio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchoa. Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. *Paidéia* [on line], n. 17(38), p. 311-320, 2007.

PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. *Educ. Soc.* [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 405-417, Maio/Ago. 2005.

PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. *Educação e Sociedade*. Campinas, v.26, n.91, mai/ago 2005, p 405-417. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a06v2691.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2010.

PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. *Educ. Soc.* [on line], Campinas, vol. 25, n. 86, p. 221-241, abril 2004.

PLAISANCE, Eric. Socialização: modelo de inclusão ou modelo de interação? *Percursos* [on line], Florianópolis, v.1, n.1, out. 2000.

PLAISANCE. Para uma Sociologia da pequena infância. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 86, p. 221-241, abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a11.pdf>. Acesso em 18 nov. 2010.

QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil: um campo de estudo em construção. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; (et.al.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

QUINTEIRO, Jucirema et al. A participação da criança na escola de ensino fundamental: um desafio nas séries iniciais. In: Anais da 28ª Reunião Anual da Anped, 2005, Caxambú. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>> Acesso em: 22 dez. 2010.

QUINTEIRO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate. *Perspectiva* [on line], Florianópolis, v.20, n.Especial, p. 137-162, jul./dez.2002.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educ. Pesqui.* [on line], São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol. 36, n. 2, p.631-644, maio/agosto 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200014&lang=pt. Acesso em: 04 fev 2011.

QVORTRUP, Jens. A tentação da diversidade – e seus riscos. *Educ. Soc.* [on line], Campinas, v.31, n. 113, p. 1121-1136, out.-dez. 2010.

QVORTRUP, Jens. Childhood in Europe: a new field of social reserch. In: CHISHOLM, L. et al. (eds.). *Growing-up in Europe. Contemporary horizons in childhood and youth studies*, New York: Walter and Gruyter, 1995, p. 7-20.

QVORTRUP. A tentação da diversidade – e seus riscos. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol 31, n. 113, pp. 1121-1136, dezembro 2010. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400004&lang=pt. Acesso em: 04 fev 2011.

QVORTRUP. *Crescer na Europa: horizontes actuais dos Estudos sobre a Infância e a Juventude*. Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho, 1998. Disponível em: <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos de Trabalho/textos/jensqvortrup.pdf>. Acesso em 03 fev 2011.

RANIERI, Jesus. *A Câmara Escura: Alienação e Estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

RAYOU, Patrick. Crianças e jovens, atores sociais na escola. Como os compreender? *Educ. Soc.* [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 465-484, Maio/Ago. 2005.

REIS, Magali e OLIVEIRA, Sueli Machado Pereira de. Quando novos protagonistas entram em cena: Um estudo sobre o Ensino Fundamental de 9 anos obrigatórios em Poços de Caldas/MG. Poços de Caldas: Fundo de Incentivo a Pesquisa, 2006. (Relatório de Pesquisa)

REIS, Magali. Ela ficava fazendo cerimônia!!! Entrevistando jovens, falando da infância... In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri et.al. Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. 3ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. p. 113-130.

REIS, Magali. Infância imaginária: por uma antropologia filosófica da criança. In: Anais do II Grupecí – Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias, Rio de Janeiro, 2010.

REIS, Magali. Notas sobre a Sociologia da Infância. In: OLIVEIRA, Djaci D.; FREITAS, Revalino; TOSTA, Tânia. (Org.). Infância e Juventude: Direitos e Perspectivas. 1ed. Goiânia e Distrito Federal: UFG/Funape/Ministério da Educação, 2011, v. 1, p. 19-30.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. Perspectiva [on line], Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005a.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. Educ. Soc. [on line], Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005b.

SCHÉRER, René. Infantis: Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. Tempo Social, São Paulo, vol 17, n 2, nov, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 jul. 2010.

SILVA, Cleber Fabiano da; RAITZ, Tânia Regina; FERREIRA, Valéria Silva. Desafios da sociologia da infância: uma área emergente. Psicol. Soc. [on line], Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 75-80, 2009.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. *Rev. Bras. Educ.*, vol.15, n.43, pp. 84-97, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a06v15n43.pdf>. Acesso em 09 fev 2011.

SILVA, Juliana Pereira da; BARBOSA, Silvia Neli Falcão; KRAMER, Sonia. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. *Perspectiva* [online], Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 41-64, jan./jul. 2005.

SILVA, Kátia M. da. O corpo sentado: notas críticas sobre o corpo e o sentar na escola. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1994. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Rute da. Os efeitos na educação infantil do ensino fundamental de nove anos: um estudo em municípios catarinenses. In: *Anais da 33ª Reunião Anual da Anped*, 2010b, Caxambu. Disponível em: www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6587--Int.pdf -> Acesso em: 11 de nov. 2010.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIROTA, Régine. A indeterminação das fronteiras da idade. *Perspectiva* [online], Florianópolis, v. 25, n. 1, 41-56, jan./jun. 2007.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução o objeto e do olhar. *Cad. Pesqui.* [online], São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

TELES, Maria L. Silveira. Socorro! É proibido brincar. Petrópolis: Vozes, 1997.

TOZONI-REIS, Marília F. de C. Infância, Escola e Pobreza: Ficção e Realidade. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2002.

VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.) Infância (in)visível. São Paulo: Junqueira & Marin, 2007.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais. *Perspectiva* [on line], Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 431-466, jul./dez. 2003.

WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. *Perspectiva* [on line], Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2007.

ZANTEN, Agnès Van. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. *Perspectiva* [on line], Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.

Bibliografia Analisada

ALANEN, L. Gender and generation: feminism and the child question. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood Matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p. 27-42.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lúcia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim bibliográfico e informativo de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-43, 1988.

ALWIN, D. F. Historical changes in parental orientations to children. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.65-86, 1988.

ALWIN, D. F. Historical changes in sex differences in parental preferences for child qualities. *Sociological Studies of Child Development*, v.4, p.199-222, 1991.

AMATO, P. R. Single-parent households as settings for children.s development, well-being and attainment. *Sociological Studies of Children*, v.7, p. 19-46, 1995.

AMBERT, A. M. Sociological theorizing on children: concluding thoughts. *Sociological Studies of Children*, v.7, p.247-55, 1995.

AMBERT, A. M. Sociology of sociology: the place of children in North American sociololy. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.73-86, 1986.

AMBERT, A. M. *The Effect of children on parents*. Binghampton, New York: Haworth Press, 1992.

Assemblée Nationale, 1998.

BASTIDE, Roger. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. *Folclore e*

- BOOCOOCK, S. S. Childhood and childcare in Japan and The United States: a comparative analysis. *Sociological Studies of Child Development*, v.4, p.51-90, 1991.
- BOSSARD, J. H., STOKER-BOLL, E. *The Sociology of child development*. New York: Harper and Row, 1966.
- Brito F.; (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. São Paulo, Autores Associados, 2002. p. 19-47.
- BÜCHNER, P. M., KRÜGER, H. H., DU BOIS-REYMOND, M. Growing up as a modern. Child in Western Europe: the impact of modernization and civilization processes on the everyday lives of children. *Sociological Studies of Child Development*, v.6, p.1-24, 1994.
- BÜCHNER, P. M., KRÜGER, H. H., DU BOIS-REYMOND, M. Growing up in three European Regions. In: CHISHOLM, L. et al. (eds.) *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. New York: Walter de Gruyter, p.43-60, 1995.
- BUDE, Heinz (2000). "Die biographische Relevanz der Generation", in Martin Kohli & Marc Szydlík (orgs), *Generationen in Familie und Gesellschaft*, Opladen: Leske & Budrich, pp. 19-35.
- BUISSON, F., DURKHEIM, E. Enfance. In: BUISSON, F., DURKHEIM, E. *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'éducation primaire*. Paris: Hachette, 1911.
- Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 6-9, dez. 1979.
- CARERE, S. Lifeworld of restricted behavior. *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.105-38, 1987.
- CEBRAP. *A criança, o adolescente e a cidade*. São Paulo: Relatório
- CHAMBORÉDON, J.C., PRÉVOST, J. Le Métier d'enfant. *Revue Française de Sociologie*, XII, 7, 1973.
- CHAUVIÈRE, M., LENOËL, P., PIERRE, E. *Protéger l'enfant*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996.
- CHISHOLM, L. et al. (eds.) *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. New York: Walter de Gruyter, 1995.
- COPIT, M. S.; PATTO, M. H. S. *A criança objeto na pesquisa psicológica*.

- CORSARO, W. A. Discourse processes within peer culture: from a constructivist to an interpretive approach to childhood socialization. *Sociological Studies of Child* Francisco: Jossey Bass, 1992.
- CORSARO, W. A. *The Sociology of childhood*. Thousand Oaks-California: Pine Forge Press, 1997.
- CORSARO, W. A., EDER, D. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, n.16, p.19-220, 1990.
- CORSARO, W. A., MILLER, P. (eds.) *Interpretive approaches to children's socialization*. San Francisco: Jossey Bass, 1992.
- CULLINGFORD, C. *The Inner world of the school: children's ideas about schools*, London: Cassell, 1991.
- CULLINGFORD, C. *The Inner world of the school: children's ideas about schools*, London: Cassell, 1991.
- CUNNINGHAM, H. *The children of the poor: representations of childhood since the seventeenth century*. Oxford: Blackwell, 1991.
- CUNNINGHAM, H. *The children of the poor: representations of childhood since the seventeenth century*. Oxford: Blackwell, 1991.
- DANDURAND, D., HURTEBISE, R., LE BOURDAIS, C. (éds.) *Enfance, perspectives sociales et pluriculturelles*. Presses de l'Université de Laval, 1996.
- DANZIGER, K. Young children's conception of status and role. *Sociology of Education*, n.52, p.46-59, 1979.
- DANZIGER, K. (ed.) *Readings in child socialization*. London: Pergamon Press, 1970.
- DANZIGER, K. (ed.) *Readings in child socialization*. London: Pergamon Press, 1970.
- DANZIGER, K. *The Sociology of childhood*. Thousand Oaks Cal.; Pine Forge Press, 1997.
- DARLING, R. B., DARLING, J. Early intervention: a field moving toward a sociological perspective. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.9-22, 1992.
- DAS, R., McCARTHY, D. The Cognitive and emotional significance of play. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.35-54, 1986.
- de Pesquisa, 1972.

- DE SINGLY, F. Le Soi, le couple et la famille. Paris: Nathan, 1996.
- DEBARBIEUX, E. Le Professeur et le sauvageon. Revue Française de Pédagogie, n. 123, 1998.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, Ana Lúcia G. de; DEMARTINE, Zeila de Brito F. (Orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. São Paulo, Autores Associados, 2002. p. 1-17.
- DENZIN, N. K. Childhood socialization. San Francisco: Jossey-Bass, 1977.
- DESALVO, F. J., ZURCHER, L. A., GROTEVANT, H. Toward understanding the discipline process: the parent-child interaction model. Sociological Studies of Child Development, v.1, p.123-36, 1986.
- DESROSIÈRES, A. On ne peut séparer une statistique de son usage. Le Monde, 29 septembre, 1998.
- DREIZEL, H. P. Childhood and socialization. New York: Macmillan, 1973. (Recent Sociology, n.5)
- DUBET, F. Les Lycéens. Paris: Le Seuil, 1991.
- DUBET, F. Enfances et science sociales. Revue de l'Institut de Sociologie. Université Libre de Bruxelles, 1994.
- DUBET, F. Sociologie de l'expérience. Paris: Le Seuil, 1994.
- DUBET, F., MARTUCELLI, D. À l'École. Paris: Le Seuil, 1996.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia, educação e moral*. Portugal : Rés-Editora Ltda, 1984.
- e LEITE, M. I. (Orgs). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas, EDER, D., SANFORD, S. The Development and maintenance of interactional norms among early adolescents. Sociological Studies of Child Development, v.1, p.283- 300, 1986.
- ELDER, G. H., MODELL, J., PARKE, R. D. Children in time and place: developmental and historical insights. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ELDER, J., GLENN, H. Children of the great depression. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.
- ELIACHEFF, C. Vies privées: de l'enfant roi à l'enfant victime. Paris: Odile Jacob, 1997.

- ELKIN, F., HANDEL, G. The Child and society: the process of socialization. New York: Random House, 1960.
- ENNEW, J. Time for children or time for adults. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) Childhood matters. Avebury: Aldershot, 1994. p. 125-44.
- FABIUS, L., BRET, J.-P. Droits de l'enfant, de nouveaux espaces à conquérir: rapport. Paris:
- FERNANDES, Florestan. "As 'Trocinhas' do Bom Retiro". In: _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis : Vozes, 1979. p. 153-256.
- FERNANDES, Heloisa. Infância e modernidade: doença do olhar. *Revista Plural*, São Paulo, n. 3, p. 60-81, 1996.
- FINE, G. A., SANDSTROM, K. L. Knowing children: participant observation with minors. London: Sage, 1988.
- FINKELSTEIN, Barbara. La incorporacion de la infancia a la historia de la educación. *Revista de Educación*, Madrid, n. 281, p.19-46, 1986.
- FRONES, I. Dimensions of childhood. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) Childhood matters, Avebury: Aldershot, 1994. p.145-64.
- FRONES, I. Among peers: on the meaning of peers in the process of socialization. Oslo: Scandinavian University Press, 1995.
- FURSTENBERGE, F. F., SELTZER, J. Divorce and child development. *Sociological Studies of Child Development*. v.1, p.137-62, 1986.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro*. São Paulo, 1999. Mimeografado.
- HANDEL, G. (ed.) Childhood socialization. New York: Aldine, 1988.
- HARDMAN, C. Can there be an anthropology of children? *Journal of the Anthropology Society of Oxford*, n.1, p.2, 1973.
- ISAMBERT-JAMATI, V. Interview. *Recherche et formation*, n. 13, 1993.
- JAMES, A., PROUT, A. (éds.) Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood. London: The Falmer Press, 1990.
- JAMES, A., PROUT, A., (eds.) Constructing and reconstructing childhood. London: Falmer Press, 1990.
- JAMES, A.. Hierarchy, boundary, and agency: toward a theoretical perspective on childhood. *Sociological Studies of Children*. v. 7, p.77-100, 1995.

- JAVEAU, C. Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales. Revue de l'Institut de sociologie. Université Libre de Bruxelles, v.1-2, p.15-9, 1994.
- JAVEAU, C. Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales: enfances et sciences sociales. Revue de l'Institut de Sociologie, n. esp. Université Libre de Bruxelles, 1994.
- JENKS, C. The Sociology of childhood. Aldershot (UK): Gregg Revivals, 1997.
- LA PAROLE de l'enfant: 1998. (Informations sociales, n. 65)
- JENKS, Ch. (ed.) Introduction: constituting the child. In: JENKS, C. (ed.) The Sociology of childhood: essential readings. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 1982. p.9-24.
- JENKS, Ch. The Sociology of childhood: essential readings. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 1982.
- JOBIM E SOUZA, S. Re-significando a psicologia do desenvolvimento:
- KALEKIN-FISHMAN, D. Performances and accounts: the social construction of the kindergarten experience. Sociological Studies of Child Development, v.2, p.81-104, 1987.
- KLESS, S. The Attainment of peer status: gender and power relationships in the elementary school. Sociological Studies of Child Development, v.5, p.115-50, 1992.
- LAHIRE, B. Portraits de famille. Paris: Galimard, Le Seuil, 1995.
- LANDSOWN, G. Children's rights. In: MAYALL, B. (ed.) Children's childhoods: observed and experienced. London: The Falmer Press, 1994. p.33-44.
- LEAVITT R. L. Power and resistance in infant-toddler day care centers. Sociological Studies of Child Development, v.4, p.91-112, 1991.
- LEMIEUX, D. Les Enfants perdus et retrouvés: la recherche sur les enfants au Québec. Recherches Sociographiques, v.36, n.2, p.327-52, 1995.
- LIMA, Sabóia. *A infância desamparada*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1939. Relatório de Pesquisa.
- MACKAY, R. W. Conceptions of children and models of socialization. In: TURNER, R. (ed.) Ethnomethodology. Harmondsworth: Penguin, 1974. p.180-93.

- MANDELL, N. Children's negotiation of meaning. In: WASKLER, F. C. (ed.) Studying the social worlds of children: sociological readings. London: The Falmer Press, 1991.
- MANDELL, N. The Least-adult role in studying children. *Journal of contemporary Ethnography*, v.16, n.4, p.433-67, 1988.
- MANNHEIM, Karl (1964). "Das Problem der Generationen", in idem, *Wissenssoziologie* [introdução e organização: Kurt H. Wolff], Neuwied: Luchterhand, pp. 509-565. MATTHES, Joachim (1985). "Karl Mannheims 'Das Problem der Generationen', neu gelesen", *Zeitschrift für Soziologie*, Ano 14, n. 5, pp. 363-372.
- MARCHI, R. C. . Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 2, p. 387-406, 2011.
- MARCHI, R. C. . Walter Benjamin e a infância: apontamentos impressionistas sobre sua(s) narrativa(s) a partir de narrativas diversas. *Revista Educação* (PUCRS. Online), v. 34, p. 221-229, 2011.
- MARCHI, R. C. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. *Educação e Realidade*, v. 34, p. 227-246, 2009.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MAUSS, M. Trois observations sur la sociologie de l'enfance. *Gradhiva*, 20, 1996.
- MAYALL, B. (ed.) Children's childhood: observed and experienced. London: The Falmer Press, 1994.
- MAYALL, B. (ed.) Children's childhoods: observed and experienced. London: The Falmer Press, 1994.
- MAYNARD, D. The Development of argumentative skills among children. *Sociological Studies of Child Development*, v.1, p.233-58, 1986.
- MEEHAN, A. J. Rule recognition and social competence: the case of children's play and games. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.245-62, 1988.
- MOLLO-BOUVIER, S. Introduction à Enfances et sciences sociales. *Revue de l'Institut de Sociologie*. Université Libre de Bruxelles, 1994

- MONTANDON, C. L.Éducation du point de vue des enfants. Paris: I.Harmattan, 1997.
- MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em Língua Inglesa. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001,
- MONTANDON. Sociologie de l'éducation, sociologie de la famille: cheminements parallèles ou convergents? In: COLLOQUE NOUVEAU BILAN DE LA SOCIOLOGIE DE L'ÉDUCATION. Actes du... Paris: AISLF; INRP.
- MORROW, V. Responsible children? Aspects of children.s work and employment outside school in contemporary UK. In: MAYALL, B. (ed.) *Children.s childhoods: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994. p.114-27.
- mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis : Vozes, 1979.
- NARODOWSKI, Mariano. *Infancia y poder*: la conformación de la pedagogia moderna. Buenos Aires : Ed. Aique, 1994.
- NÄSMAN, E. Individualization and institucionalization of childhood in today.s Europe. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Aldershot: Avebury, 1994. p.165-88.
- OAKLEY, A. *Towards a sociology of childhood*. New York: Schocken Books, 1980.
- OCTOBRE, S. & SIROTA, R., (eds.) (2011). *Enfance et cultures sous le regard des sciences sociales. Actes du colloque international*, Ministère de la Culture et de la Communication – Association Internationale des Sociologues de Langue Française – Université Paris Descartes, 9ème journées de sociologie de l'enfance, Paris, 2011.
- OHNSACK, Ralf & SCHÄFFER, Burkhard (2002). "Generation als konjunktiver Erfahrungsraum. Eine empirische Analyse generationsspezifischer Medienpraxiskulturen", in Günter Burkart & Jürgen Wolf (orgs), *Lebenszeiten. Erkundungen zur Soziologie der Generationen*, Opladen: Leske & Budrich.
- OLDMAN, D. Adult-child relations as class relations. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994a. p.43-58.

- OLDMAN, D. Childhood as a mode of production. In: MAYALL, B. (ed.) *Children's childhoods: observed and experienced*. London: The Falmer Press, 1994b. p.153-66.
- OPPIE, I., OPPIE, P. *The Lore and language of school children*. London: Oxford University Press, 1959.
- OSWALD, H. Negotiations of norms and sanctions among children. *Sociological Studies of Child Development*, v.5, p.99-114, 1992.
- OSWARD, H. et al. Gaps and bridges: interaction between girls and boys in elementary school. *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.205-24, 1987.
- PASSUTH, P. M. Age hierarchies within children's groups. *Sociological Studies of Child Development*. v.2, p.185-204, 1987.
- PEREIRA, Angela M. N. Machado. *A sociedade das crianças A'uwe-Xavante: por uma antropologia da criança*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- FFLCH/USP, São Paulo, 1997.
- PHADRAIG, M. N. G. Day care-adult interests versus children's needs? A question of compatibility. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p.77-100.
- PLATT, A. *The Child savers*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- PLATT, A. The Rise of the child-saving movement. *Annals of the American Academy*, n.381, p.21-38, 1969.
- POLLARD, A. *The Social world of the primary school*. London: Holt, Rinehart & Winston, 1985.
- PROST, A. L. École et la famille dans une société en mutation (1930-1980); histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France. Paris: Nouvelle Librairie de France, G. V. Labat Ed., 1981.
- QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lúcia G. de; DEMARTINE, Zeila de QUINTEIRO, Jucirema. *Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos*. 2000. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) Unicamp/Campinas, 2000.
- QVORTRUP, J. *Childhood as a social phenomenon: lessons from an international project*. Vienna, European Centre, 1993. (Eurosocal Report 47)

- QVORTRUP, J. Childhood in Europe: a new field of social research. In: CHISHOLM, L. et al.(eds.). *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*, New York: Walter de Gruyter, 1995. p.7-20.
- QVORTRUP, J. et al. *Childhood matters*. Avebury: European Center of Vienna, 1994.
- QVORTRUP, J. et al. *Childhood matters: social theory, practice and politics*, Avebury: Aldershot, 1994.
- RAYNAL, Marie. Interview Régine Sirota (par Marie Raynal). **Diversité** (Les enfants dans la ville). 141, juin. 2005,p.65-69.
- RAYOU, P. L.Enfant au centre, un lieu commun pédagogiquement correct: l'école dans plusieurs mondes. Bruxelles: de Boeck, no prelo.
- REYNOLDS, P. The Double strategy of children in South Africa. *Sociological Studies of Child Development*, v.3, p.113-38, 1988.
- RICHARDS, M. P. M. (ed.) *The Integration of a child into a social toord*. Cambrigde: Cambridge University Press, 1974.
- RICHIE, O.W., KOLLER, M. *Sociology of childhood*. New York: Appleton Century Crafts, 1964.
- ROCHA, Eloisa Candal *A Pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 1999.
- ROCHEX, J. Y. *Le Sens de l'expérience scolaire*. Paris: PUF, 1995.
- S. P. : Papirus, 1996.
- SAPORITI, A. A Methodology for making children count. In: QVORTRUP, J. et al. (eds.) *Childhood matters*, Avebury: Aldershot, 1994. p.189-210.
- SARMENTO, Manuel J. ; MARCHI, R. C. . A radicalização da infância na segunda modernidade. *Revista Configurações*, v. 4, p. 91-113, 2008.
- SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. *As crianças: contextos e identidades*. Portugal, Centro de Estudos da Criança : Editora Bezerra, 1997.
- SARMENTO, Manuel *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, dez. 2000.

- SAWYER, K. A Developmental model of heteroglossic improvisation in children's fantasy play. *Sociological Studies of Child Development*, v.7, p.127-51, 1995.
- SCHÜTZE, Y. The Good mother; the history of the normative model of mother love. *Sociological Studies of Child Development*, v.2, p.39-80, 1987.
- SGRITTA G. B. The Generational division of welfare: equity and conflict. In: QVORTRUP, J. et al. *Childhood matters*. Avebury: Aldershot, 1994. p.335-62.
- SHIPMAN, M. *Childhood: a sociological perspective*. Ontario: National Foundation for Education Research, 1972.
- SIROTA, R. L'Enfant dans la sociologie de l'éducation, un fantôme ressuscité? *Enfances et sciences sociales. Revue de l'Institut de Sociologie*. Université Libre de Bruxelles, 1994.
- SIROTA, R. « De l'indifférence sociologique à la difficile reconnaissance de l'effervescence culturelle d'une classe d'âge ». In : S. OCTOBRE (ED.). **Enfance et culture**. Paris : Ministère de la culture et de la communication, p17-36, 2010.
- SIROTA, R. « Idas e vindas no caderno de campo: o trabalho do sociólogo em família - a observação de um rito de socialização da infância. » In: NASCIMENTO, A. M. (org). **Educação Infantil e Ensino Fundamental: contextos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro: Nau Editoria, EDUR, p.207-238, 2011.
- SIROTA, R. « Les figures de l'enfance, de la sphère médiatique à la sphère scientifique ». In : HAMELIN-BRABANT, L.& TURMEL, A. (eds.) **Les figures de l'enfance d'hier à aujourd'hui: continuité, discontinuité, rupture, traduction**. (5-16) Québec : Presses Interuniversitaires, 2011.
- SIROTA, R. Des approches démographiques aux approches ethnographiques, du métier d'élève au métier d'enfant. COLLOQUE NOUVEAU BILAN DE LA SOCIOLOGIE DE L'ÉDUCATION. Actes du... Paris: AISLF; INRP, no prelo.
- SIROTA, R. Le Métier d'élève. *Revue Française de Pédagogie*, n. 104, 1993.
- SIROTA, Régine Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 7-12, 1985.
- SOMMERVILLE, J. *The Rise and fall of childhood*. London: Sage, 1992.

- SPEIER, M. The Everyday world of the child. In: DOUGLAS, J. D. (ed.) Understanding everyday life. Chicago: Aldine, 1970. p.188-217.
- STANTON ROGERS, R., STANTON ROGERS, W. Stories of childhood: shifting agendas of child concern. Toronto: University of Toronto Press, 1992.
- STUDER, M. Non-parental child care environments: differences in preschool cognitive skills by type of care. Sociological Studies of Child Development, v.5, p.23-48, 1992.
- STUDER, M. Quality of center care and cognitive outcomes: differences by family income. Sociological Studies of Child Development, v.5, p.49-72, 1992a.
- THÉRY, I. Couple, filiation et parenté aujourd'hui: le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée. 1998. (Documentation française-Odile Jacob)
- TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. *Educação &*
- TRENT, J. W. A Decade of declining involvement: American sociology in the field of child development, the 1920s. Sociological Studies of Child Development, v.1, p.11-38, 1987.
- TYNES, S. The World's children: economic and social determinants of malnutrition, Sociological Studies of Child Development, v.4, p.29-50, 1991.
- ULIVIERI, Simonetta . Historiadores y sociólogos en busca de la infancia: apuntes para una bibliografía razonada. *Revista de Educación*, Madrid, n. 281, p. 47-86, 1986.
- uma contribuição crítica à pesquisa da infância. In: KRAMER, S.
- VAN HAECHT, A. L. Enfance, terre inconnue du sociologue. Bulletin de l'AISLF, n. 6, 1990.
- VIGARELLO, G. Histoire du viol. Paris: Le Seuil, 1998.
- VISANO, L. The Socialization of street children: the development and transformation of identities. Sociological Studies of Child Development, v.3, p.139-62, 1988.
- VULBEAU, A. L. Enfance qui parle: informations sociales. La parole de l'enfant, 1998.
- WAKSLER, F. C. (ed.) Studying the social worlds of children. London: The Falmer Press, 1991.
- WAKSLER, F. C. Studying children: phenomenological insights. Human Studies. Dordrecht: Martinus Nijhoff, v.9, n.1, p.71-82, 1986.

- WALLER, W. The Sociology of teaching. New York: John Wiley & Sons, 1967.
- WHITING, B. B., EDWARDS, C. P. Children of different worlds: the formation of social behavior. Cambridge Mass: Harvard University Press, 1988.
- WOODS, P. Pupil strategies. London: Croom Helm, 1980.
- WRONG, D. The Oversocialized concept of man in modern sociology. American Sociological Review, v.26, p.184-93, 1961.
- ZELIZER, V. H. Pricing the priceless child. New York: Basic-Books, 1985.
- ZINNECKER, Jürgen (2002). "Das Deutungsmuster Jugendgeneration. Fragen an Karl Mannheim", in H. MERKENS, H.;ZINNECKER J. (orgs), *Jahrbuch Jugendforschung*, n. 2/2002, Opladen, pp. 61-99. Attias-Donfut C. (1989), *Sociologie des générations. L'empreinte du temps*, Paris, Presses Universitaires de France.